



Plano Estratégico
2021_2026



Plano Estratégico 2021_2026

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

2º Trimestre de 2024

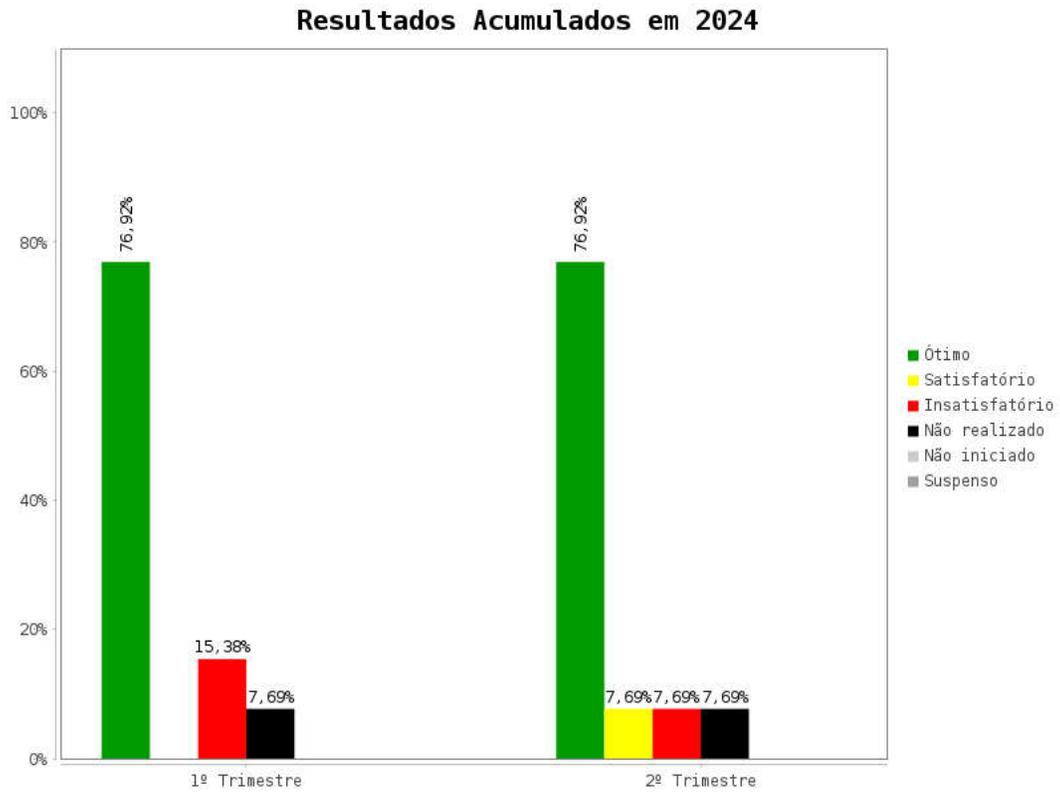
1. Mapa Geral

Ótimo Plano Estratégico 2021_2026

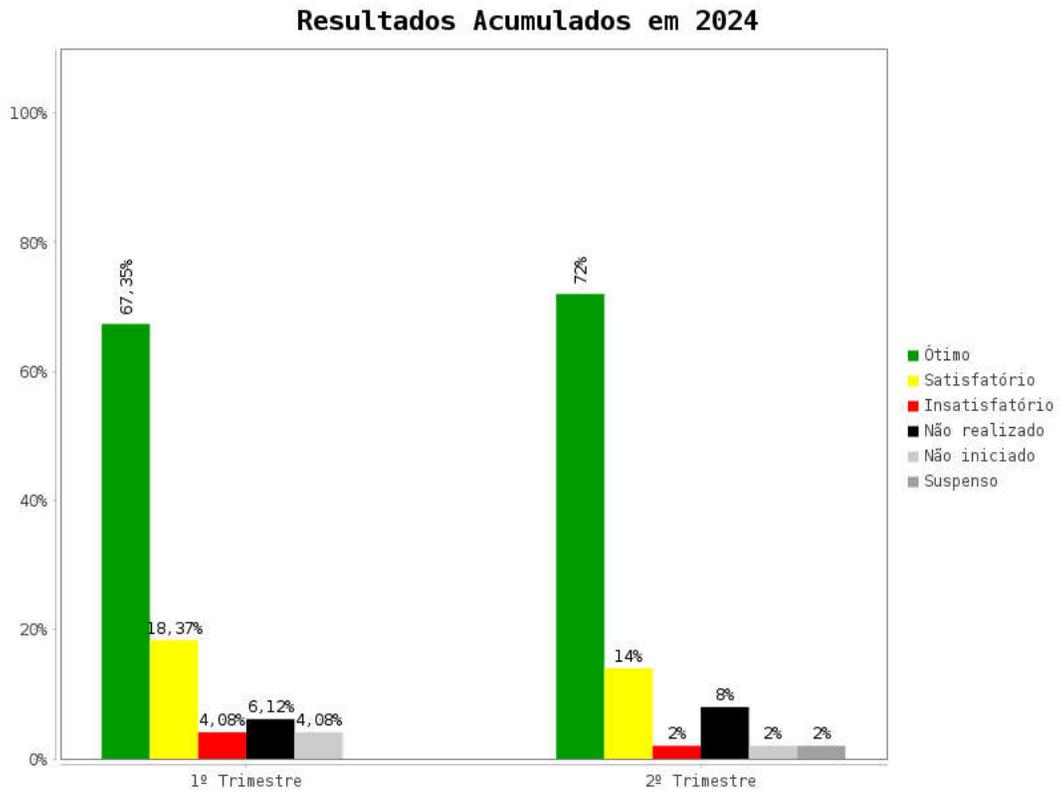
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania 99,68%	Fortalecer a relação institucional com a Sociedade 96,65%				
Processos Internos	Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional 87,58%	Combater os ilícitos eleitorais 0,00%	Promover a educação eleitoral e a participação cidadã 92,20%	Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional 100,00%	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional 89,33%	Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente 45,60%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação 67,84%	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira 100,00%	Promover a transformação digital 90,28%	Aperfeiçoar a infraestrutura 97,57%		

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



3. Resultados 2º Trimestre de 2024.

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026						81,81%	Ótimo
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania						99,68%	Ótimo
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	74,76%	75,00%	1		99,68%	Ótimo	
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade						96,65%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	75,96%	61,25%	1		124,02%	Ótimo	
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	90,89%	85,00%	1		106,93%	Ótimo	
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	86,90%	95,00%	1		91,47%	Ótimo	
IE 05 - Índice da Transparência	94,65%	99,48%	1		95,14%	Insatisfatório	
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral						96,85%	Ótimo
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital						Suspensão	
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	98,79%	70,00%	1		141,13%	Ótimo	
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	72,57%	50,00%	1		145,14%	Ótimo	
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais						Não iniciado	
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	56,82%	65,00%	1		87,41%	Ótimo	
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	88,46%	87,00%	1		101,68%	Ótimo	
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional						87,58%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	56,95%	100,00%	1		56,95%	Satisfatório	

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	533,98%	100,00%	1	533,98%			Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	63,97%	60,00%	1	93,38%			Satisfatório
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	48,05%	65,00%	1	126,08%			Ótimo
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais						0,00%	Não realizado Não realizado
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau		1,00%	1				
IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau		65,00%	1				
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã						92,20%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	237,15%	140,00%	1	169,39%			Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	80,18%	95,00%	1	84,40%			Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional						100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	98,03%	95,00%	1	103,19%			Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	77,17%	75,00%	1	102,89%			Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	3,53%	1,10%	1	320,85%			Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional						89,33%	Ótimo
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	64,20%	70,04%	1	91,66%			Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	34,44%	40,00%	1	86,11%			Ótimo
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	9,30%	11,00%	1	84,57%			Ótimo

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	57,50%	67,50%	1			85,19%	Ótimo
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00%	100,00%	1			100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	69,39%	62,00%	1			111,92%	Ótimo
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	82,14%	87,50%	1			93,87%	Ótimo
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	54,93%	75,00%	1			73,24%	Satisfatório
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente						45,60%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD		90,00%	1				Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	85,77%	87,00%	1			98,59%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	67,05%	80,00%	1			83,81%	Ótimo
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00%	1				Não realizado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação						67,84%	Satisfatório
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	72,00%	70,00%	1			102,86%	Ótimo
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	5,84%	10,00%	1			58,37%	Satisfatório

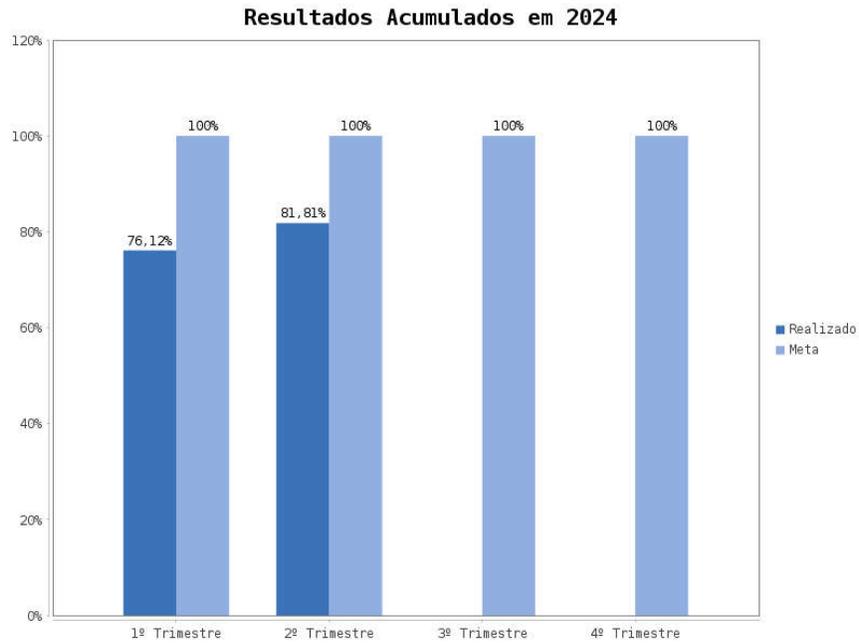
Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	19,35%	15,00%	1	129,03%		Ótimo	
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	36,36%	45,00%	1	80,81%		Ótimo	
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	31,34%	15,00%	1	208,91%		Ótimo	
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira					100,00%	Ótimo	
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	74,04%	70,00%	1	105,78%		Ótimo	
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	75,18%	70,00%	1	107,40%		Ótimo	
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	40,19%	35,00%	1	114,83%		Ótimo	
OE 12 - Promover a transformação digital					90,28%	Ótimo	
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,51%	99,46%	1	100,05%		Ótimo	
IE 51 - Índice de governança de TIC	91,19%	82,00%	1	111,21%		Ótimo	
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	92,78%	80,00%	1	115,97%		Ótimo	
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	76,74%	100,00%	1	76,74%		Satisfatório	
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	66,67%	60,00%	1	111,11%		Ótimo	
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	50,00%	77,00%	1	64,94%		Satisfatório	
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura					97,57%	Ótimo	
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	28,02%	25,28%	1	110,85%		Ótimo	
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	78,02%	82,00%	1	95,15%		Ótimo	

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

Desempenho do Período: 81,81%

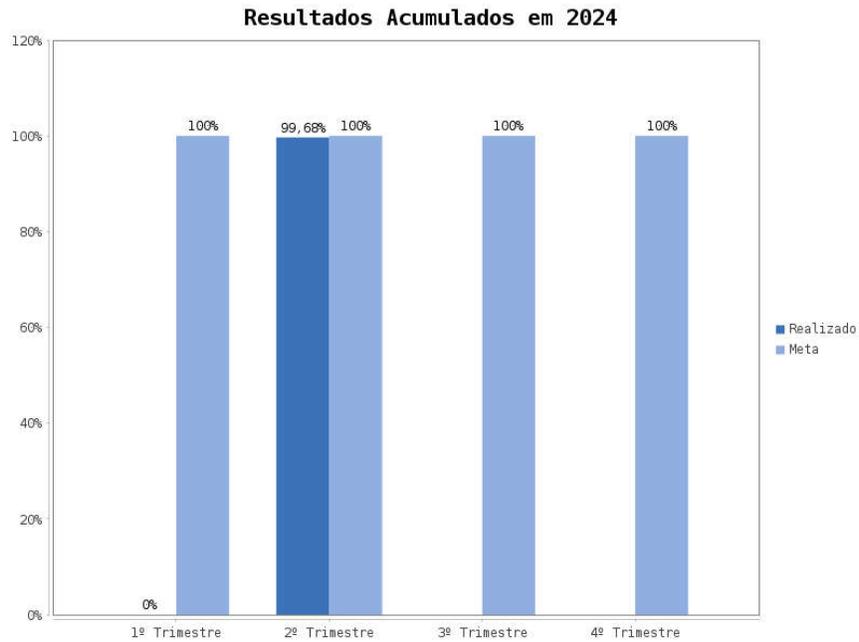


Responsável: SEDEST.

Fechado pela SEDEST

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania

Desempenho do Período: 99,68%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

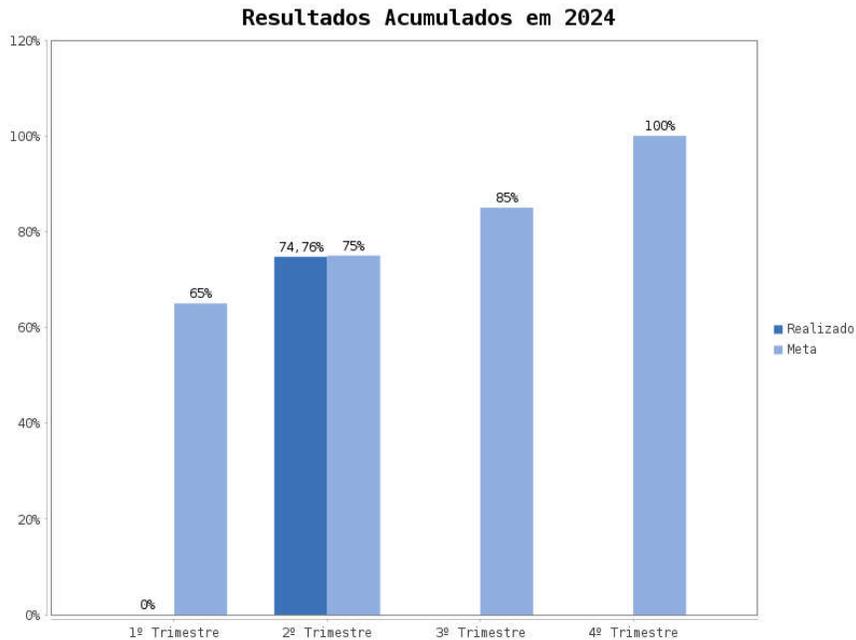
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Desempenho do Período: 99,68%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

No XVII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2023, sob coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram aprovadas 4 metas nacionais para a Justiça Eleitoral para o ano de 2024. São elas:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos. Meta 2 - Julgar processos mais antigos (Justiça Eleitoral: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais) Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (Justiça Eleitoral: 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade) Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário. (Justiça Eleitoral: Implantar, no ano de 2024, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030) Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação às metas 1, 2 e 4, o painel das Metas Nacionais - DataJud foi atualizado e disponibilizado pelo CNJ com os dados de 2024 apenas no dia 31/07/2024. Ressalta-se que o painel disponibiliza os dados de referência até 30/04/2024.

O resultado de 83,62% do IE 01 no 2º trimestre de 2024 representa a média do percentual de cumprimento das 4 metas nacionais no período, conforme especificação abaixo:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: 250,53%

Meta 2 - Julgar processos mais antigos: 125,90%

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais:

Eleições 2020 - 38,10%;

Eleições 2022 - 106,59%

Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: 80%

Destaca-se ainda que o sistema ATENA está passando por uma atualização. A SEIMPA informou que a equipe colaborativa do Atena ainda não deu previsão sobre a nova atualização do sistema, e nesse momento, o sistema não disponibiliza os dados de 2024.

Desse modo, os resultados utilizados para fins de cálculo do IE 01 para o 2º trimestre de 2024 foram retirados do painel do CNJ, o DataJud, com os dados de referência de até 30/04/2024. Esta análise será retificada no momento da disponibilização dos dados completos do 2º trimestre no sistema Atena ou DataJud.

Em consulta aos assistentes de planejamento da VPCRE (1º grau) e SJD (2º grau) em abril de 2024, foi informado que, em reunião realizada entre os regionais no dia 24/04 para discutir as metas nacionais no Atena, foi comunicado que não haveria previsão de as metas serem atualizadas no Atena antes do final de junho. Estava previsto que a área de negócio de alguns regionais faria a

conferência de dados da última versão parametrizada no Atena para que os desenvolvedores finalizem o painel de metas e disponibilizem para todos. No entanto, até a data de 02/08/2024, não houve nenhuma atualização no sistema Atena.

Em relação à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, foi cadastrado na plataforma RenovaJud, dentro do prazo estipulado (31 de maio), o projeto "Simplifica Justiça".

Concebido conjuntamente pelo Laboratório de Inovação IdeaRio do TJRJ e pelo LIODS do TRE-RJ, o projeto visa a melhoria do atendimento prestado às partes nos balcões de ambos os Tribunais, com foco na utilização da linguagem simples.

A iniciativa, aprovada pelo CNJ, propõe ao enfrentamento do macrodesafio 'Aperfeiçoar o Atendimento Utilizando a Linguagem Simples', com o objetivo de criar ferramentas que possam ser disponibilizadas aos servidores que prestam o atendimento ao público.

Com o cadastramento do projeto na plataforma Renovajud e a parceria com um laboratório de outro tribunal, o TRE-RJ registrou o resultado de 80% no cumprimento da meta 9 no 2º trimestre de 2024, de acordo com o especificado na fórmula de cálculo do glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024 – Justiça Eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não há como analisar a tendência de desempenho do indicador, considerando que o painel Datajud do CNJ foi atualizado somente com os dados até abril de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em relação ao desempenho do TRE-RJ na meta 9, conforme informado pelo LIODS do TRE-RJ, estão previstas as seguintes ações para os próximos períodos:

Elaboração de um manual de atendimento humanizado em linguagem simples; Capacitação dos servidores de ambos os Tribunais em atendimento humanizado em linguagem simples. No momento, o esboço do manual já foi feito e aprovado por ambos os tribunais e agora está em fase de diagramação.

Em relação à capacitação, foi definido que será feita uma mesa redonda em formato híbrido na escola de mediação do TJ-RJ no dia 29/08, às 16h30 e a servidora Lucianna Brandão será a representante do TRE-RJ.

Com o projeto, são estimados também os seguintes benefícios à sociedade, a serem aferidos durante sua execução:

Melhoria no acesso à justiça: Ao aplicar a técnica da linguagem simples nos atendimentos, o projeto facilitará entendimento das partes envolvidas, principalmente aquelas sem familiaridade com o linguajar jurídico, tornando mais eficaz o acesso à justiça aos cidadãos. Promoção da inclusão dos usuários: Com a referida redução de barreiras na comunicação, e conseqüente melhor compreensão do processo, pessoas de diferentes níveis de instrução poderão ter uma participação mais autônoma e efetiva no sistema jurídico. Construção de um Poder Judiciário mais eficaz e responsável: Ao desenvolver ferramentas de capacitação dos servidores nas diretrizes para uma comunicação clara e acessível, o projeto contribui para a construção de um Poder Judiciário mais eficientes, inclusivo e responsável com sua missão institucional. Promoção de uma sociedade mais pacífica: Facilitar o acesso à justiça contribuirá tanto na busca por seus direitos quanto a evitar mal-entendidos durante o andamento processual, promovendo a paz social. Com relação às demais metas, sugere-se que seja efetuado o monitoramento constante do fluxo de entrada, saída e tempo de julgamento e baixa dos processos nos 1º e 2º graus, com atuação junto às unidades na hipótese de serem identificados gargalos nesse fluxo.

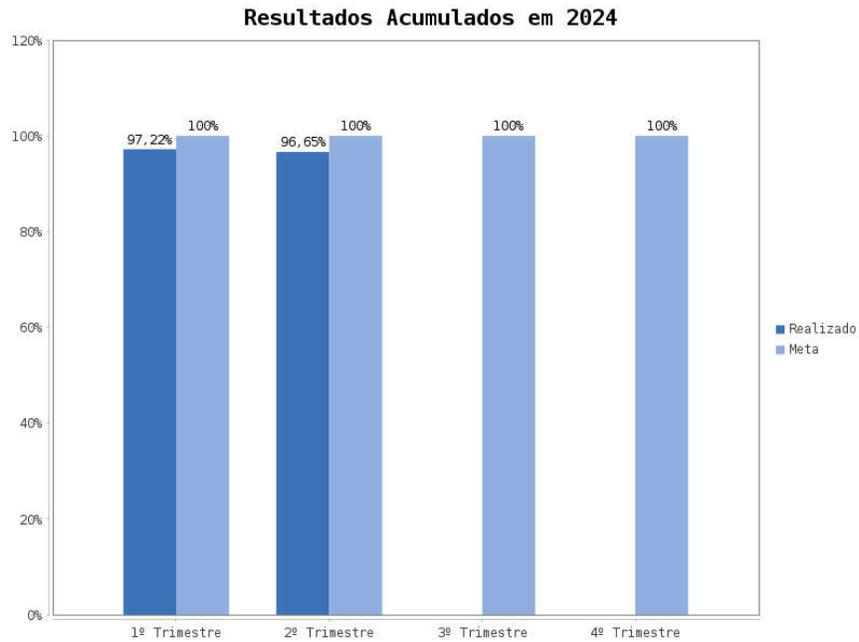
Riscos associados ao objetivo

O principal risco associado ao objetivo se relaciona ao impacto do desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais no Premio CNJ de Qualidade 2025.

No entanto, considerando que o painel DATAJUD do CNJ foi atualizado somente com dados até abril de 2024, não há como precisar, neste momento, os riscos associados ao impacto do desempenho nas Metas Nacionais 2024 no referido Prêmio..

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade

Desempenho do Período: 96,65%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

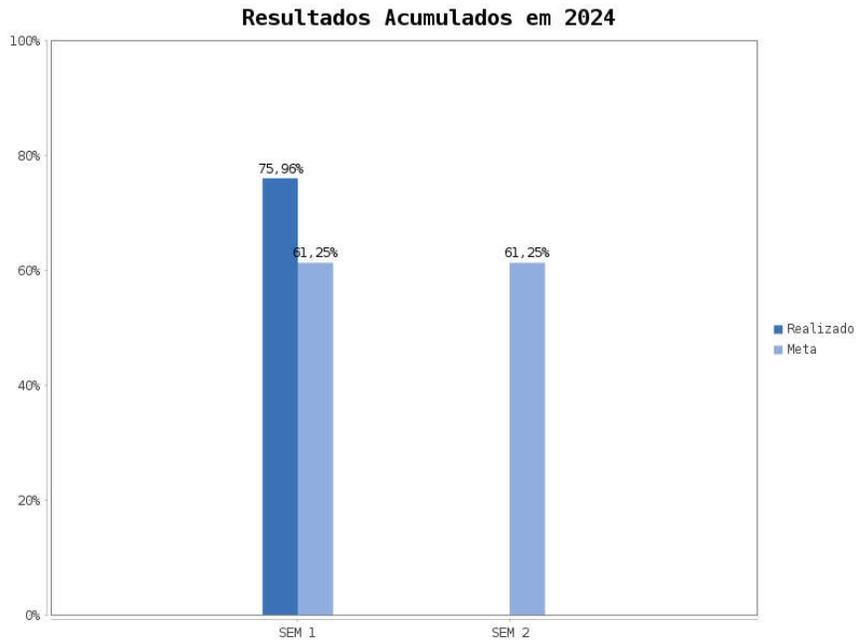
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro

Desempenho do Período: 124,02%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

O 1º semestre de 2024 engloba o período do fechamento do cadastro eleitoral, época de grande volume de atendimentos por parte da Justiça Eleitoral. É de notório conhecimento que foram formadas filas de grande extensão e que o tempo de espera para atendimento em alguns cartórios eleitorais se estendeu por horas. Importante ressaltar que a campanha "Vem para a Biometria" impulsionou o comparecimento de muitos eleitores ao atendimento presencial, colaborando para o aumento do volume de pessoas procurando por atendimento. Tendo em vista que o atendimento do cadastramento biométrico por si só é um atendimento mais demorado e o número insuficiente de kits biométricos em relação à população que precisa realizar o cadastramento, é de se esperar que o índice de satisfação dos usuários da Justiça Eleitoral diminua, tendo em vista a insatisfação dos eleitores com o tempo de atendimento ou até mesmo, impossibilidade de atendimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das 503 avaliações realizadas no 1º semestre, 333 obtiveram notas satisfatórias, resultando num índice de satisfação geral de 66%.

Segundo a análise realizada, o quesitos com as piores avaliações foram "instalações físicas" (nota 3,76) "tempo de atendimento" (nota 3,77) e acessibilidade (nota 3,91).

Cabe ressaltar que 96,4% das avaliações recebidas foram realizadas por eleitores.

Dessa forma, o índice de satisfação se coaduna com o cenário apresentado na análise de contexto: fechamento do cadastro eleitoral, campanha de incentivo ao cadastro biométrico, em conjunto com a limitação das Zonas Eleitorais, seja em espaço físico ou em número de servidores e kits biométricos, levando à insatisfação do público externo com o atendimento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acredita-se que nos próximos 6 meses o índice de satisfação se mantenha estável, podendo sofrer alguma variação, levando a uma pequena melhora no desempenho do indicador, tendo em vista que o número de atendimentos de eleitores tende a diminuir neste período, se comparado ao período próximo ao fechamento do cadastro eleitoral.

Entretanto, a votação com biometria, apesar de trazer mais segurança ao processo eleitoral, tende a deixar o processo de votação mais lento, podendo gerar filas como as das eleições de 2022. Eventuais filas, aliadas a denúncias e outras situações que podem ocorrer num evento de tal magnitude como as eleições, podem impactar na satisfação do usuário.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

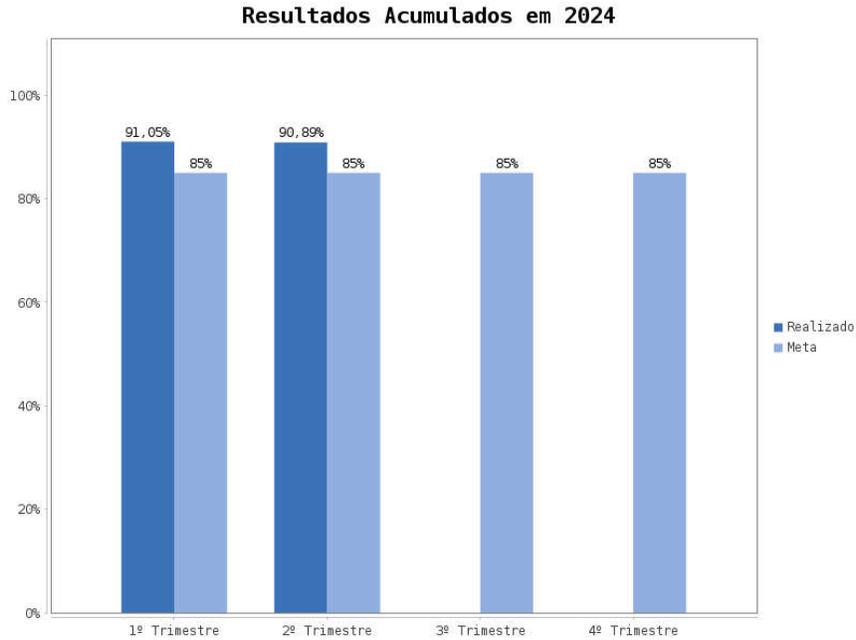
A Ouvidoria elaborou relatório de sugestões com adoção de medidas para o fechamento do cadastro eleitoral, com o intuito de mitigar os problemas identificados neste ano de 2024, conforme disposto no SEI. 2024.0.000021748-8 .

Riscos associados ao objetivo

Risco de impacto na imagem do Tribunal junto à sociedade e aumento da insatisfação do público externo.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação

Desempenho do Período: 106,93%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Com a proximidade do fechamento do cadastro eleitoral e a ampla divulgação da campanha #VemparaaBiometria, o número de demandas da Ouvidoria praticamente duplicou em relação ao primeiro trimestre. Grande parte das demandas recebidas pela Ouvidoria se concentraram em dúvidas e reclamações sobre a coleta biométrica, distribuição de senhas, longas filas e atendimento ao eleitor nos cartórios eleitorais. Entretanto, mesmo com elevado número de demandas a Ouvidoria permanece com desempenho estável e satisfatório.

Destaco que desde o dia 24/05/2024 o tribunal está sem o serviço da Central de Atendimento Telefônico, sendo o atendimento realizado pelas servidoras da Ouvidoria, com eventual auxílio de servidores da Central de Atendimento ao Eleitor da Sede. Dessa forma, a pesquisa de satisfação não está sendo realizada desde tal data, assim como o controle dos assuntos mais demandados. Isto porque as servidoras e servidores temporariamente alocados na atividade de atendimento telefônico na Central de Atendimento Telefônico (CAT) estão acumulando as funções de ambos os setores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último trimestre, a Ouvidoria efetuou 938 atendimentos através do sistema próprio, Facebook e Instagram do TRE/RJ. Dos 938 atendimentos realizados, 639 foram recebidos pelo sistema Ouvidoria, sendo 577 Dúvidas, 167 Reclamações, 90 Denúncias e 61 Pedidos de Informação. As reclamações mais frequentes estavam relacionadas à atendimento em cartório eleitoral, distribuição de senhas e fila. Já as dúvida se concentraram em biometria, alistamento e transferência eleitoral e mesário voluntário.

Acrescento que mesmo com o dobro do número de demandas se comparado ao 1 trimestre, a Ouvidoria permanece com desempenho estável e satisfatório. Destaco ainda que, em comparação com o mesmo período de 2022 (ano eleitoral), a taxa de satisfação do público com a unidade melhorou.

A Central de Atendimento Telefônico realizou 12.555 atendimentos neste trimestre. Até o dia 24/05/2024, os assuntos mais demandados foram biometria, primeira via e alteração cadastral.

Conforme informado na análise de contexto, para que o tribunal não ficasse sem atendimento pela Central de Atendimento Telefônico, servidoras da Ouvidoria estão prestando o atendimento em conjunto com as atividades rotineiras da unidade. Entretanto, tendo em vista que a Ouvidoria possui um quadro de 4 servidoras e a CAT atende demandas de todo o estado do Rio de Janeiro, não é possível suprir toda a demanda por completo. Dessa forma, algumas pessoas terão dificuldades em obter o atendimento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Permanece o desafio na comunicação com o cliente externo. Constantemente são recebidas dúvidas sobre o atendimento online. Assim, verifica-se a necessidade de utilização da linguagem simples para uma comunicação mais simples e direta com o eleitor, em conformidade com a Política de Linguagem Simples deste Tribunal (Ato PR nº 235/24).

Temos recebido muitas ligações de eleitores que relatam “dificuldade em fazer o título online” e perguntam se

comparecendo ao cartório conseguirão fazer o título. Acredita-se que a dificuldade decorre da informação constante do site, conforme abaixo:

Apesar de o cadastro estar fechado, no início da página do atendimento online há a informação que “Todos os serviços prestados pela Justiça Eleitoral estão 100% on-line”, e apenas no final da página aparece a seguinte mensagem: “ATENÇÃO: O atendimento remoto via Requerimento Titulo Net está bloqueado entre os dias 09/05/2024 e 04/11/2024, conforme prevê a norma eleitoral vigente.”

Os eleitores entendem que o bloqueio é apenas no site e muitos não entendem o que é “Requerimento Título NET”. Dessa forma, acredita-se que uma informação logo no início da página e de forma direta, auxilie na compreensão.

Ademais, tendo em vista que o processo de contratação dos atendentes da CAT ainda está tramitando e não há previsão para o início da prestação deste serviço pelo tribunal, o indicador estratégico 03 será impactado devido à ausência da pesquisa de satisfação da CAT, por período indeterminado.

O maior desafio nos próximos meses será manter a qualidade do atendimento da Ouvidoria enquanto não finaliza a contratação da CAT, tendo em vista que a tendência é o aumento do volume de demandas conforme se aproxima o pleito e as servidoras estão atendendo via sistema próprio da Ouvidoria, direct das redes sociais (Facebook e Instagram), Central de Atendimento Telefônico, e-mail e telefone, além das demais atribuições da Unidade. Destacamos ainda, que o atendimento não se restringe à eleitores, visto que recebemos ligações de advogados, candidatos, magistrados, servidores de outros órgãos, representantes de partidos, imprensa, entre outros.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Ouvidoria elaborou relatório de sugestões, conforme disposto no SEI. 2024.0.000021748-8, sugerindo a adoção de medidas para o fechamento do cadastro, com o intuito de mitigar os problemas identificados neste ano de 2024, diminuindo o número de reclamações, dúvidas, denúncias.

Adequar o layout da página do atendimento online, de forma a melhorar a visualização dos itens pelo cidadão, bem como a revisão das informações, com base na Política de Linguagem Simples.

Destacar a informação do prazo de 30 dias do requerimento para coletar a biometria e a data de retorno das operações de alistamento, alteração dos dados eleitorais e cadastramento biométrico.

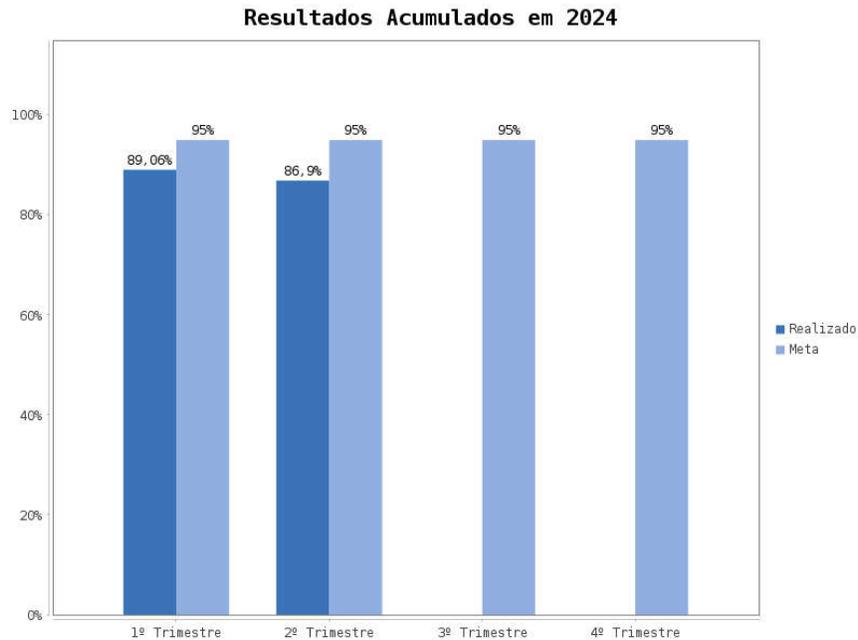
Entendemos que a sugestão de melhorias na comunicação com o público externo também impacta diretamente no número de demandas recebidas e consequentemente na satisfação do público externo.

Riscos associados ao objetivo

Risco de impacto na imagem do Tribunal junto à sociedade e aumento da insatisfação do público externo.

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria

Desempenho do Período: 91,47%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

As demandas da Ouvidoria são tratadas pelo setor dentro do prazo estabelecido e enviadas para as unidades responsáveis pela informação quando necessário. Dessa forma, o cumprimento do prazo depende não só da Ouvidoria, mas também do setor responsável pela informação.

Tendo em vista que o fechamento do cadastro eleitoral é um período de grande demanda pelos cartórios eleitorais, muitos encontram dificuldades em cumprir os prazos das ocorrências recebidas. Soma-se a isso o fato do número de reclamações e dúvidas aumentarem nesse período e alguns cartórios receberem mais de uma ocorrência para responder. Assim, é de se esperar que algumas demandas sejam respondidas pelos cartórios eleitorais de forma intempestiva.

Em relação aos Pedidos de Informação com base na Lei de Acesso à informação, um dos assuntos a que se atribui o aumento da quantidade de demandas foi a publicação do edital de concurso público unificado do TSE. Muitas demandas da LAI são solicitações de quantitativos de cargos vagos deste tribunal, bem como quantitativo de servidores com abono permanência ou aptos a se aposentar.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

De acordo com a variável RDP (Reclamações e Denúncias no Período), a Ouvidoria recebeu 257 reclamações e denúncias, das quais 44 não foram atendidas dentro do prazo estipulado. Cada unidade tem um prazo de 3 dias para responder à Ouvidoria e a Ouvidoria, por sua vez, tem 8 dias para encaminhar a resposta final ao solicitante. O atraso no envio da resposta pelas unidades responsáveis pela informação afeta o prazo final da Ouvidoria.

Segue abaixo tabela com as unidades que ultrapassaram o prazo de 3 dias para encaminharem resposta à Ouvidoria:

Em relação aos 61 pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação, todos foram atendidos dentro do prazo, conforme aponta a variável PIP (Pedido de Informação no Período).

Das 12 demandas recebidas de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, apenas 3 não foram atendidas tempestivamente, conforme apontam as variáveis PLGPDP (Pedidos de LGPD no Período) e ATBLGPDP(Atendimentos Tempestivos com base na LGPD no Período).

A implementação da ferramenta “Tempo de Respostas Unidades” em 12/05/2022, possibilitou a identificação das unidades com respostas intempestivas à Ouvidoria, assim como a verificação de reincidência na perda do prazo.

Após 1 ano da implementação da ferramenta, foi possível realizar a primeira análise do prazo das reclamações e denúncias, conforme tabelas abaixo:

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Através da ferramenta de medição do Tempo de Resposta das Unidades ATRDP (Atendimento Tempestivos à Reclamações e Denúncias no período), a Ouvidoria consegue identificar os setores onde há descumprimento dos prazos. Isso permitirá identificar a

longo prazo se há recorrência no descumprimento dos prazos por parte de algumas unidades, para que seja possível buscar uma solução conjunta com os setores que apresentarem dificuldades.

A tendência é que haja uma piora desse indicador nos próximos meses, tendo em vista que as demandas dos cartórios eleitorais aumenta consideravelmente ao se aproximar do pleito, impossibilitando, em alguns casos, uma resposta rápida à Ouvidoria.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

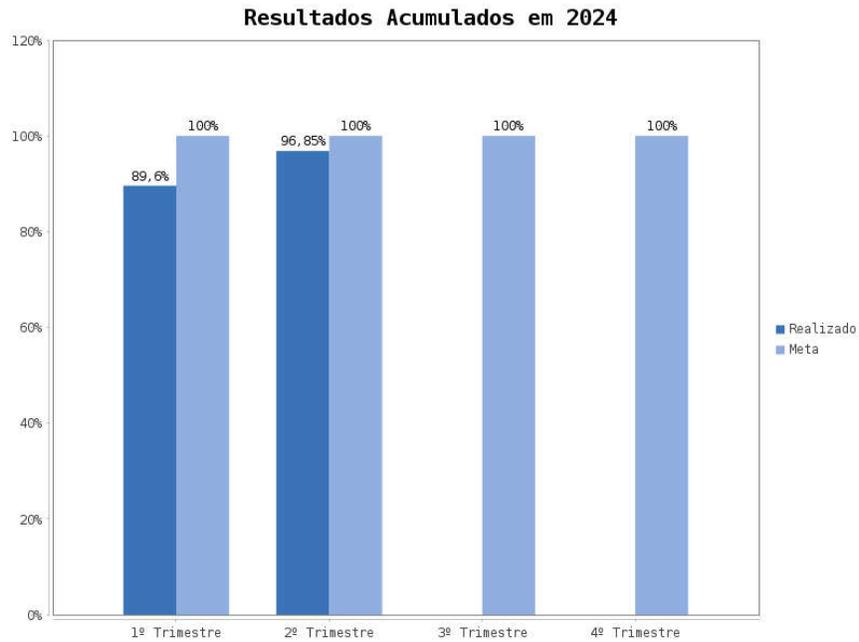
Continuar analisando se há recorrência no atraso das respostas pelas unidades demandadas e se há motivo que justifique tal atraso, como por exemplo, alta demanda de fechamento do cadastro eleitoral, a fim de identificar se existe recorrência no descumprimento constante dos prazos e buscar soluções conjuntas com os setores que enfrentarem dificuldades.

Riscos associados ao objetivo

Insatisfação do usuário devido ao não cumprimento dos prazos.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral

Desempenho do Período: 96,85%



Responsável: DG.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

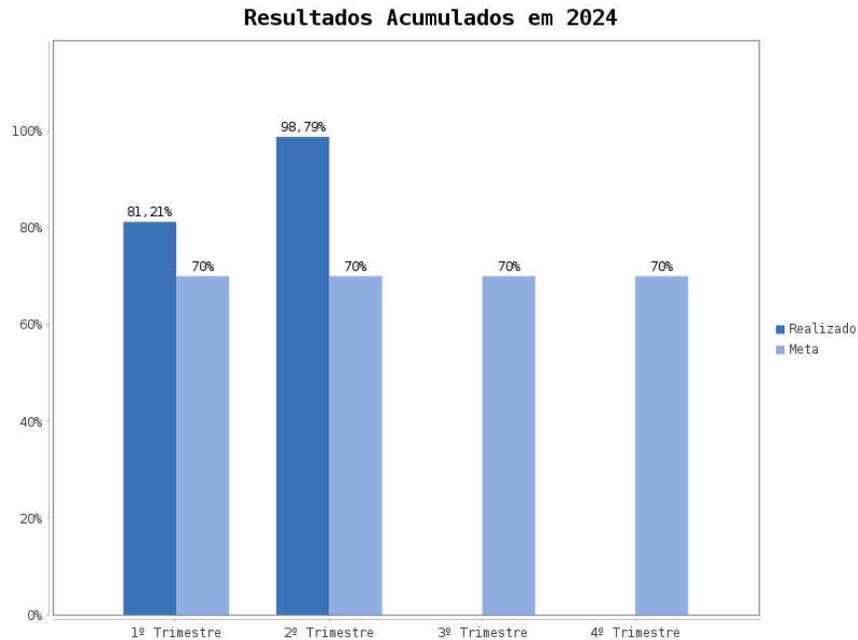
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

Desempenho do Período: 141,13%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

O desempenho processual das zonas eleitorais no segundo trimestre foi melhor que no primeiro deste ano. Das 165 Zonas eleitorais, 163 alcançaram a situação satisfatória (acima de 70%) e apenas 2 em situação de atenção (entre 50% e 70%).

Em uma análise mais analítica dos eixos, atingimos 84,76% no eixo Eficiência Processos Judiciais. Dentro deste eixo, temos 5 variáveis, as quais apresentaram os respectivos resultados:

- Redução da Taxa de congestionamento: 63,66%
- Redução Processos Parados + 30 dias: 94,66%
- Redução Processos Conclusos + 30 dias: 99,66%
- Redução Baixas sem Decisão: 95%
- Índice de Atendimento à Demanda: 81,67%

No eixo Eficiência Procedimentos Administrativos Eleitorais, o resultado foi de 94,04%. Já no eixo Eficiência Metas Nacionais, o resultado foi 98,1%. Mas é importante ressaltar que o Ranking busca os dados das Metas no sistema Atena, o qual ainda não está disponibilizando as metas de 2024.

Por fim, temos 90,61% como média de eficiência (acima de 70%) das Zonas Eleitorais no período de 01 de abril a 30 de junho.

Segue abaixo o desempenho deste indicador:

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme informações prestadas pela AMVPCRE, as ações continuam sendo em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes a dúvidas sobre autuação e processamento no PJe.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

As zonas Eleitorais já estão nos preparativos para as eleições municipais deste ano. Com isso, a demanda cartorária aumenta substancialmente em paralelo ao volume de processos judiciais, tais como R cand (Registro de Candidatura), PC-PP (Prestação de Contas Anuais-Partidos Políticos), PCE (Prestação de Contas Eleitorais), RROPCO (Requerimento de regularização da omissão da prestação de contas anual)e RROPCE (Requerimento de regularização da omissão da prestação de contas eleitoral), o que poderá impactar a Taxa de Congestionamento, o Índice de Atendimento à Demanda e Metas Nacionais do CNJ diretamente relacionadas a processos antigos e de ilícitos eleitorais que já fazem parte do acervo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Assessoria de Monitoramento realiza continuamente uma análise criteriosa das zonas eleitorais com os piores desempenhos processuais. A ação se estenderá por todo o ano com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho da

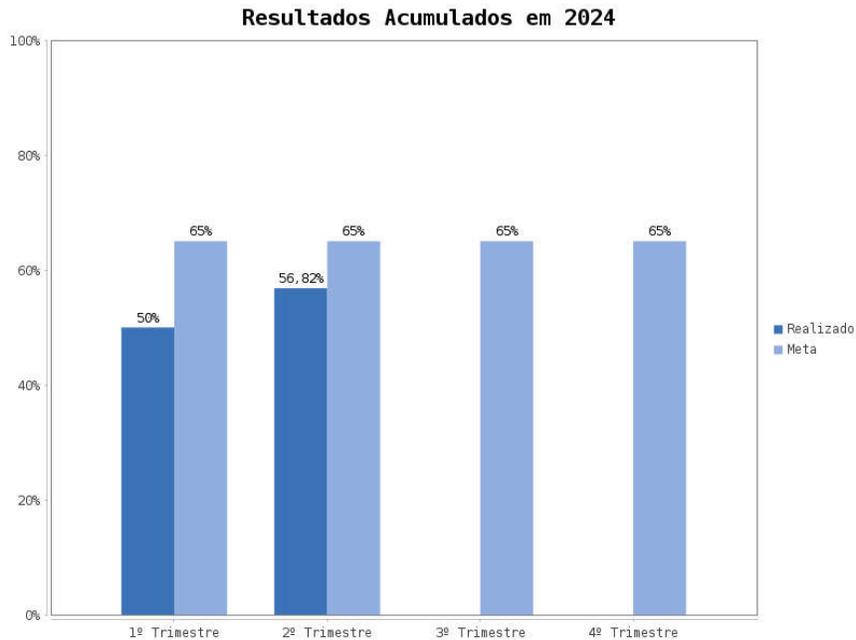
eficiência das zonas eleitorais.

Riscos associados ao objetivo

Diminuir o percentual de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência.

IE 11 - Taxa de aderência ao PIE

Desempenho do Período: 87,41%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise trimestral do Indicador Estratégico IE 11 – " TAXA DE ADERÊNCIA AO PIE ", referente aos eventos ocorridos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024.

O indicador estratégico IE 11 - Taxa de Aderência ao PIE integra o Objetivo Estratégico OE-03 (Aprimorar a Gestão do Processo Eleitoral), do Plano Estratégico 2021-2026, e é composto por variáveis que mensuram as "Entregas" previstas no Plano Integrado das Eleições concluídas nos prazos planejados.

No Trimestre em análise, o desempenho do indicador foi considerado "ótimo" (verde), alcançando o percentual de 87,41% do grau de cumprimento da meta, estipulada em 65% para o ano de 2024.

Em relação ao 1º Trimestre de 2024, verifica-se que o Indicador apresentou melhora no seu desempenho, com um percentual de 76,92% de cumprimento da meta, sendo considerado "Satisfatório".

Das 28 (vinte e oito) "Entregas" previstas para serem executadas no período, 17 (dezessete) foram concluídas no prazo planejado.

Com a aprovação do PIE 2024, iniciou-se também o ciclo de monitoramento do Plano Integrado das Eleições, o qual está sendo executado da seguinte forma, conforme autorizado no despacho de id 3414519 (SEI 2023.0.000041867-3):

1 - Semanalmente, ou quinzenalmente, a critério da Administração, a CPLAN/ASPLEL subsidia a Diretoria-Geral com as informações atualizadas sobre o andamento das Entregas/Tarefas previstas no PIE 2024 que deveriam ter-se iniciado, mas não foram iniciadas, assim como aquelas mais críticas que se encontram em atraso, ou em risco de atraso;

2 - A Diretoria-Geral, em reuniões semanais ou quinzenais, a seu critério, informa aos gestores das Macrounidades do TRE-RJ sobre os "status" das Entregas/Tarefas de responsabilidade das unidades que lhes são subordinadas mais críticas que se encontram em atraso ou em risco de atraso;

3- O gestor da Macrounidade, nas reuniões de gestão das Eleições, apresenta as justificativas pertinentes sobre o atraso ou risco de atraso na execução dessas atividades, indicando as possíveis ações que poderão/deverão ser adotadas no âmbito da sua unidade, ou do TRE-RJ para sanar a situação;

4- As Macrounidades deverão monitorar o andamento das Entregas/Tarefas das unidades que lhes são subordinadas e cuidar para que o sistema PIE seja atualizado, de forma a assegurar que os relatórios gerados pelo sistema estejam com informações fidedignas para subsidiar a Diretoria-Geral nas reuniões de Gestão das Eleições 2024;

5- Eventualmente, a Diretoria-Geral solicita, por intermédio do processo SEI de monitoramento do PIE, as informações que entender pertinentes serem registradas nos autos;

6 - Após cada reunião de Gestão das Eleições, a ASPLEL registra no referido processo as principais informações e deliberações ocorridas no encontro, submetendo-o, mensalmente, à ciência da Diretoria-Geral;

7 - As solicitações de cancelamento e alterações de prazo (Realizados no âmbito do próprio sistema PIE), assim como as

solicitações de alteração de tarefas, e/ou responsáveis, previstos no PIE 2024, serão submetidos pela CPLAN à apreciação da Diretora-Geral, após formalização dos pedidos, pelas unidades responsáveis, nos autos de monitoramento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre em análise, a fim de mitigar os riscos relacionados à possível atraso na execução de Tarefas previstas no Plano, ocorreram as seguintes ações relacionadas ao PIE 2024:

1 - Realização de 3 reuniões de Gestão das Eleições, conduzidas pela Diretoria-Geral, com apoio da CPLAN/ASPLEL e participação dos Gestores das Macrounidades do TRE-RJ, Assistentes de Planejamento e Coordenadores/servidores por eles convidados para participar do encontro;

2 - Utilização do Painel em Power BI, criado pela ASPLEL, para subsidiar as referidas reuniões;

3 - Utilização do Painel BI criado pela STI, com a finalidade de auxiliar no acompanhamento mensal das tarefas do PIE e na extração de estatísticas para análise de dados pelas unidades interessadas e, principalmente, pela Administração Superior;

4 - Contato com os Assistentes de Planejamento e Assistentes das Coordenadorias por telefone e pelo “Space - Monitoramento PIE 2024” alertando às unidades para a tempestiva alimentação do sistema PIE;

5 - Utilização pelas unidades responsáveis da funcionalidade implementada no sistema PIE para solicitar alterações de prazos de Tarefas pelo próprio Sistema (Tal como ocorre nos pedidos de cancelamento), agilizando a tramitação, e apreciação desses pedidos pela Diretoria-Geral (até então essas solicitações deveriam ser realizados via processo SEI);

6 - Utilização, pelas unidades responsáveis, da “Agenda do PIE”, cujo acesso é feito através do “Calendário de Eventos do TRE-RJ”, ferramenta que permite a gestão mais eficiente das Tarefas previstas no Plano que lhes compete executar.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, em consulta realizada hoje no painel em Power BI, elaborado pela ASPLEL, das 28 (vinte e oito) Entregas previstas para finalizarem em julho, 1 já se encontra atrasada e 12 com risco de atraso.

Desta forma, com esta perspectiva para o mês de julho, e com o aumento do quantitativo de “Entregas” previstas para serem concluídas até setembro de 2024 (28 em julho, 26 em agosto e 41 em setembro), o indicador apresente uma performance abaixo, ou bem próxima, da meta estabelecida para o exercício (65%).

Ressalta-se que o bom desempenho do IE-11 depende do cumprimento no prazo das Tarefas pelas unidades responsáveis, assim como a atualização do Sistema PIE com as informações sobre a execução dessas Tarefas.

Espera-se, ainda, para o próximo trimestre, que as reuniões de Gestão das Eleições sejam realizadas com periodicidade mínima quinzenal, dependendo, contudo, da disponibilidade de agenda da Diretoria-Geral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com o objetivo de buscar a melhora do desempenho do indicador, a Asplel permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE 2024, através dos(as) Gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento e assistentes das Coordenadorias, a fim de que sejam informados e registrados no sistema PIE, tempestivamente, os andamentos e necessidades de cancelamento e alteração de prazos de tarefas/entregas.

Registre-se também sobre a necessidade de se manter a periodicidade da realização das reuniões de Gestão das Eleições pela Diretoria-Geral, com vistas ao acompanhamento, pela Alta Administração e pelos gestores das Macrounidades do TRE-RJ, do andamento das entregas e tarefas de responsabilidade das unidades que lhes são subordinadas, de forma a permitir intervenções em tempo hábil a assegurar que sejam estas executadas no prazo planejado;

É imprescindível também que as unidades utilizem efetivamente as ferramentas que foram colocadas à sua disposição (Agenda do PIE, Painel BI, Solicitações de cancelamento e alterações de prazo via sistema PIE) para as auxiliarem na gestão da execução das Tarefas de sua responsabilidade.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Atraso na execução das tarefas previstas no plano ou na atualização dos seus status no sistema PIE, considerando o aumento da carga de trabalho nas unidades a medida que as Eleições se avizinham;

2 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das tarefas e entregas do PIE 2024;

3 - Pedidos de adequação de prazos, ou cancelamento de entregas, não realizados em tempo hábil pela unidade responsável;

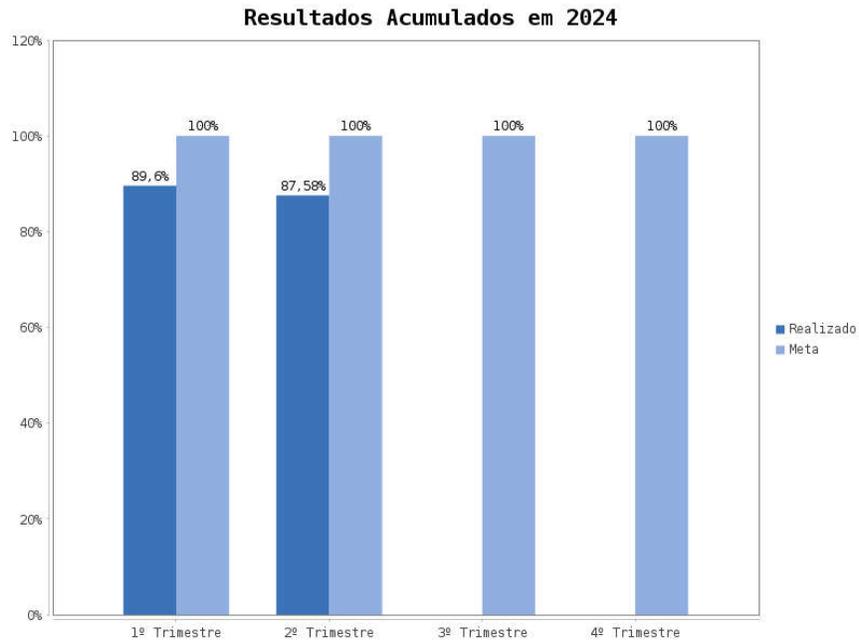
3 - Dificuldade de manutenção da periodicidade, minimamente quinzenal, das Reuniões de Gestão das Eleições;

4 - Adoção de novas diretrizes pela Alta Administração, impactando as unidades do Tribunal com ações que não estavam planejadas para serem executadas no ano eleitoral;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma possam impactar o trabalhos relacionados às eleições municipais.

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional

Desempenho do Período: 87,58%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

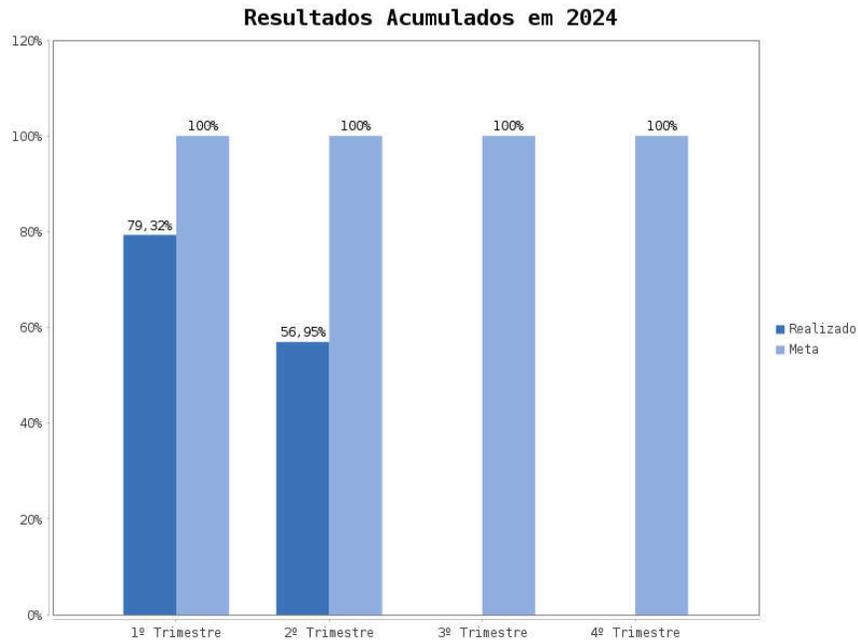
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Desempenho do Período: 56,95%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Este indicador verifica se a unidade judiciária foi capaz de baixar processos na mesma quantidade que houve de ingresso de casos. O ideal é que o percentual de 100% seja atingido e mantido para evitar o acúmulo de casos pendentes. O IAD é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 2º trimestre de 2024, temos os seguintes dados:

- Casos Novos: Abril - 570 / Maio - 692 / Junho - 1689
- Processos baixados: Abril - 482 / Maio - 427 / Junho - 552

Vale ressaltar que, no final de março, constavam 918 processos de PC-PP pendentes frentes ao ingresso de 756 processos e 344 baixas no período entre 01 de Abril e 30 de junho. Em 30 de junho, constavam 1.356 pendentes.

Outras duas classes processuais que apresentaram grande volume de ingresso foram RROPCE e RROPCE. No período entre abril e junho, houve a entrada de 426 e 1.545 processos de RROPCE e RROPCE, respectivamente, advindos do TSE; a baixa de 269 e 638 processos de RROPCE e RROPCE respectivamente. No final do segundo trimestre, constavam 422 e 1.402 processos pendentes de RROPCE e RROPCE respectivamente.

Devido ao ingresso de grande volume de processos contrastante com a pequena quantidade de baixa processual, o desempenho deste indicador ficou muito aquém do esperado, tendo alcançado apenas 56,95% da meta. 79,32 do IAD.

Segue abaixo o desempenho deste indicador:

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme informações prestadas pela AMVPCRE, as ações continuam sendo em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes a dúvidas sobre autuação e processamento no PJe. Em cartórios onde se identifica um número muito alto de processos parados há mais de 30 dias, sem julgamento e/ou baixa, faz-se um acompanhamento mais rigoroso.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os processos de PC-PP apresentam ingressos anuais constantes (com maior volume em junho) e aumentam o acervo existente a cada ano eleitoral em que os cartórios eleitorais se encontram envolvidos com os preparativos das eleições e não julgam/baixam os processos no mesmo ano de entrada. Ademais, os diversos processos de RROPCE e RROPCE que ingressaram no mês de junho, principalmente, impactaram muito neste indicador, pois, até a presente data, muitos ainda não receberam a baixa.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Assessoria de Monitoramento realiza continuamente uma análise criteriosa das zonas eleitorais com os piores desempenhos processuais. A ação se estenderá por todo o ano com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho da eficiência das zonas eleitorais.

Além disso, o projeto “Laboratório 26”, desenvolvido com a Zona Eleitoral 026 (Nova Friburgo) com o objetivo de aprimorar a gestão dos serviços prestados apontou resultados muito positivos. Desta forma, a intenção é se estender o projeto para outras ZEs que necessitem de apoio.

Por fim, no início de julho, foi iniciada a ação colaborativa de dois Técnicos do TCM para auxiliarem na análise dos processos de PC-PP em duas Zonas Eleitorais, quais sejam ZE 055 Maricá e ZE 026 Nova Friburgo. Ressalta-se que já tivemos uma redução de 10% do acervo destes cartórios na primeira quinzena da ação. Existe a possibilidade de estender este projeto para após as eleições com o objetivo de também auxiliar na análise dos processos de Prestação de Contas Eleitorais de 2024, principalmente dos candidatos eleitos, os quais apresentam prazo para julgamento (anterior à data da diplomação - 19 de dezembro 2024).

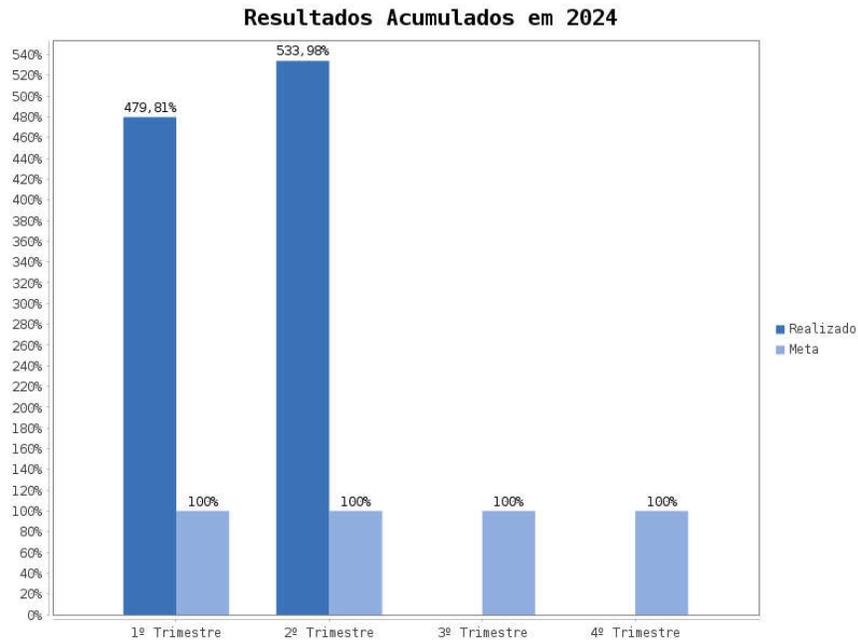
Riscos associados ao objetivo

Riscos associados ao objetivo

Não cumprimento do IAD. Falta de celeridade processual.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

Desempenho do Período: 533,98%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O segundo trimestre de 2024 é marcado pela mudança de endereço da sede do TRE-RJ, com modificação, portanto, do local de realização das sessões plenárias e o deslocamento de setores inteiros do tribunal. Também nesse período, verifica-se o encerramento do período de medição do indicador (IAD) no âmbito do Prêmio CNJ de Qualidade 2024, uma vez que, em virtude das eleições municipais de 2024 e do consequente acréscimo de processos nos TREs entre os meses de junho e julho, foi considerado pelo CNJ o período de 1º/6/2023 a 31/5/2024 para a Justiça Eleitoral. Outros indicadores do referido certame que, assim como o IAD, encontram-se inseridos no eixo produtividade (art.

10 da Portaria Presidência nº 353/2023) foram impactados positivamente no segundo trimestre em decorrência do empenho de setores diversos do Tribunal para atingimento de metas de produtividade e melhoria de índices de eficiência internos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Os resultados para o segundo trimestre de 2024 mostram a superação expressiva do número de processos judiciais, criminais e não-criminais, julgados pela Corte nesse período, em relação ao número de casos novos, originários e recursais, atuados no 2º grau do TRE-RJ no mesmo intervalo de tempo.

No que concerne ao atingimento da meta definida para o segundo trimestre deste ano, constatou-se que o índice esperado foi superado em mais de 5 vezes, ultrapassando assim o expressivo resultado que já se havia obtido no trimestre antecedente.

Tal acréscimo foi identificado, dentre outros fatores, com a elevação da produtividade no proferimento de decisões monocráticas e com a disponibilização de elevado número de processos e recursos em condições de julgamento para inclusão nas pautas das sessões plenárias virtuais, nas quais, invariavelmente, têm sido apreciados quantitativos consideravelmente maiores de processos quando comparado com as sessões por videoconferência.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)
Traçando comparativo de desempenho com o mesmo período dos anos antecedentes, observa-se que o Tribunal teve desempenho de 109,06% da meta no segundo trimestre de 2022 e de 183,59% no mesmo período de 2023 - índices classificados como "ótimos".

¶

Já no primeiro trimestre de 2024, a Corte obteve, mais uma vez, índice considerado "ótimo", tendo, no entanto, atingido 479,81% de alcance da meta da taxa de atendimento à demanda no 2º grau de jurisdição, que agora é superada pela marca recorde de 570,32%.

Considerando que deve ocorrer o aumento gradual do ingresso de casos novos conforme se aproxime a eleição municipal de 2024, espera-se que haja impacto no IAD no período subsequente, tendo em mente que será necessário baixar número equivalente (ou maior) de processos nos dois próximos trimestres, em relação aos feitos que ingressarem nesse interregno.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

No momento, os índices positivos acima destacados apontam para a desnecessidade de implementação de novas ações visando sua melhoria.

Ressalva-se, tão somente, que a sazonalidade do acréscimo no volume de recursos eleitorais autuados no 2º grau de jurisdição por ocasião das eleições municipais exige, como já é notório, o habitual empenho pelo julgamento célere desses feitos e seu respectivo processamento para viabilizar o arquivamento ou baixa de igual ou superior quantitativo de processos no período de medição.

Propõe-se, ainda, a implementação de novas ferramentas de automação, por meio de robôs ou de inteligência artificial, para maior celeridade e eficiência de determinadas etapas do processamento dos feitos judiciais, a exemplo do lançamento de certidão de trânsito em julgado que hoje se encontra em fase de desenvolvimento por meio do projeto "JUDI-bot".

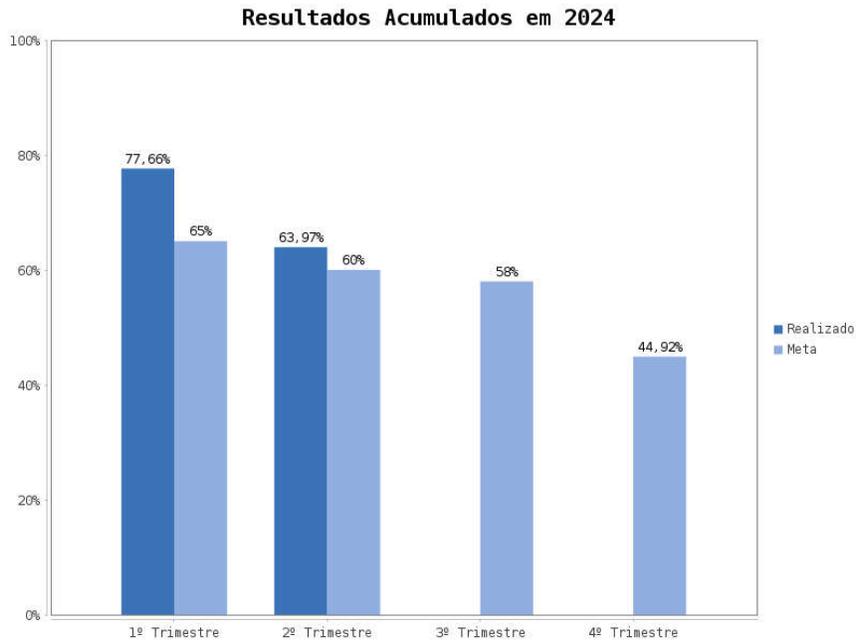
Sugere-se, por fim, que seja avaliada a possibilidade de se repetirem ações voltadas a tratar durante o recesso forense o passivo de processos e recursos já julgados e com trânsito em julgado mas que seguem pendentes de arquivamento e baixa.

Riscos associados ao objetivo

Eventual queda natural do desempenho positivo ao longo deste exercício, em virtude da elevação substancial de casos novos recursais autuados nas eleições municipais de 2024.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau

Desempenho do Período: 93,38%



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Este indicador analisa o percentual de casos que permanecem pendentes de decisão (baixa) ao final do período-base em relação ao total de processos que tramitou em um ano. São excluídos do cômputo os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A taxa de congestionamento é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 2º trimestre de 2024, temos os seguintes dados:

- Casos Novos: Abril - 570 / Maio - 692 / Junho - 1689
- Processos baixados: Abril - 482 / Maio - 427 / Junho - 552

Vale ressaltar que, no final de março, constavam 918 processos de PC-PP pendentes frentes ao ingresso de 756 processos e 344 baixas no período entre 01 de Abril e 30 de junho. Em 30 de junho, constavam 1.356 pendentes.

Outras duas classes processuais que apresentaram grande volume de ingresso foram RROPCE e RROPCO. No período entre abril e junho, houve a entrada de 426 e 1.545 processos de RROPCE e RROPCO, respectivamente, advindos do TSE; a baixa de 269 e 638 processos de RROPCE e RROPCO respectivamente. No final do segundo trimestre, constavam 422 e 1.402 processos pendentes de RROPCE e RROPCO respectivamente.

Conforme análise histórica, verifica-se que com o avançar dos trimestres no ano corrente, o índice de taxa de congestionamento melhora em seu desempenho. No 1º trimestre, atingimos 80,52% da meta (65%). Já neste 2º trimestre, atingimos 93,38% da meta (60%).

Segue abaixo o desempenho deste indicador:

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme informações prestadas pela AMVPCRE, as ações continuam sendo em torno do monitoramento dos cartórios eleitorais acerca de tramitação processual, assim como de auxílio e orientações referentes a dúvidas sobre autuação e processamento no PJe. Em cartórios onde se identifica um número muito alto de processos parados há mais de 30 dias, sem julgamento e/ou baixa, faz-se um acompanhamento mais rigoroso.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os processos de PC-PP apresentam ingressos anuais constantes (com maior volume em junho) e aumentam o acervo existente a cada ano eleitoral em que os cartórios eleitorais se encontram envolvidos com os preparativos das eleições e não julgam/baixam os processos no mesmo ano de entrada. Ademais, os diversos processos de RROPCE e RROPCO que ingressaram no mês de junho, principalmente, impactaram muito neste indicador, pois, até a presente data, muitos ainda não receberam a baixa.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Assessoria de Monitoramento realiza continuamente uma análise criteriosa das zonas eleitorais com os piores desempenhos processuais. A ação se estenderá por todo o ano com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho da

eficiência das zonas eleitorais.

Além disso, o projeto “Laboratório 26”, desenvolvido com a Zona Eleitoral 026 (Nova Friburgo) com o objetivo de aprimorar a gestão dos serviços prestados apontou resultados muito positivos. Desta forma, a intenção é se estender o projeto para outras ZEs que necessitem de apoio.

Por fim, no início de julho, foi iniciada a ação colaborativa de dois Técnicos do TCM para auxiliarem na análise dos processos de PC-PP em duas Zonas Eleitorais, quais sejam ZE 055 Maricá e ZE 026 Nova Friburgo. Ressalta-se que já tivemos uma redução de 10% do acervo destes cartórios na primeira quinzena da ação. Existe a possibilidade de estender este projeto para após as eleições com o objetivo de também auxiliar na análise dos processos de Prestação de Contas Eleitorais de 2024, principalmente dos candidatos eleitos, os quais apresentam prazo para julgamento (anterior à data da diplomação - 19 de dezembro 2024).

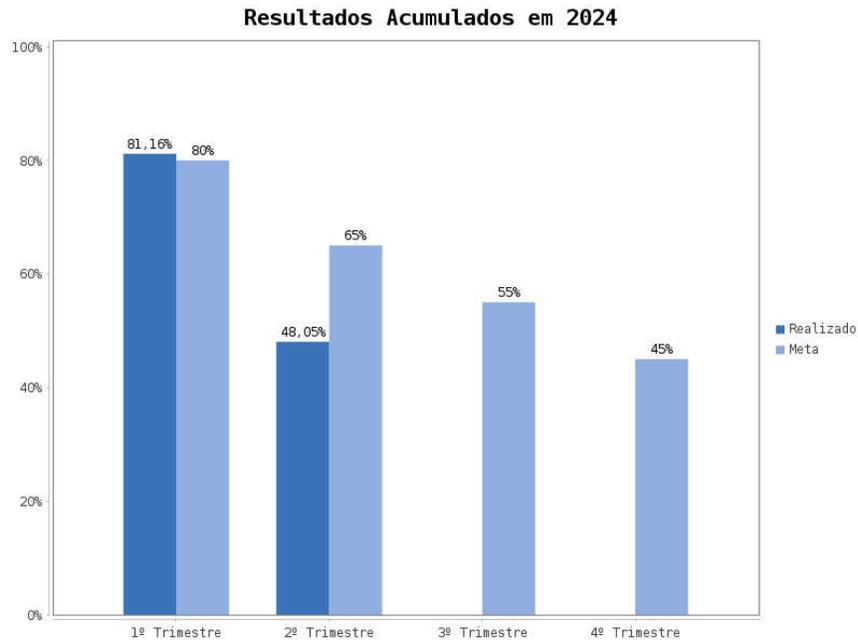
Riscos associados ao objetivo

Riscos associados ao objetivo

Aumento da Taxa de Congestionamento. Falta de celeridade processual.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau

Desempenho do Período: 126,08%



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O segundo trimestre de 2024 é marcado pela mudança de endereço da sede do TRE-RJ, com modificação, portanto, do local de realização das sessões plenárias e com deslocamento de setores inteiros do tribunal, tendo sido adotadas providências de caráter provisório, precipuamente no final do mês de junho.

O período foi caracterizado, ainda, pela intensificação do empenho de unidades da SJD para o atingimento de metas de produtividade e a melhoria de indicadores inerentes ao julgamento e processamento de feitos judiciais do Tribunal, alguns destes, a exemplo da própria Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), com potencial de impactar no eixo produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade 2024 (art. 10 da Portaria Presidência nº 353/2023), ainda que o encerramento do período de medição somente venha a se consolidar no curso do próximo trimestre e, no caso das metas nacionais, apenas no final do corrente ano.

Importante recordar que, no âmbito do processo de desdobramento das metas anuais estabelecidas para a Secretaria Judiciária, notadamente em relação à TCL, foi destacada a complexidade e a imprevisibilidade do cenário jurídico e político neste ano de eleições municipais, já que tendem a ser bastante polarizadas e marcadas pelo uso potencializado de novas tecnologias para divulgação, em larga escala, de notícias falsas e manipulações de imagens, áudios e vídeos ("deep fakes"), como próximo degrau nos desafios enfrentados por esta Justiça Especializada no período recente.

Nesse sentido, foram apontados como fatores relevantes para estabelecimento dessas metas de TCL em patamares realistas, respeitando-se o caráter desafiador e estimulante que as metas devem possuir. Assim sendo, observa-se que aspectos como o início de exercício com uma taxa de congestionamento já elevada, bem como, uma estimativa de provável aumento de processos eleitorais neste ano foram considerados na elaboração das metas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O desenvolvimento do painel BI de monitoramento do Prêmio CNJ de Qualidade permitiu acompanhar o indicador Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) de forma mais dinâmica, acompanhando suas variações e os impactos que determinadas ações viriam a exercer para obtenção dos resultados pretendidos. Verificou-se o empenho para análise técnica, apreciação, julgamento e processamento das Prestações de Contas (PCE e PC-PP) de eleições anteriores no âmbito do 2º grau de jurisdição, com ênfase para os processos mais antigos, tendo em mente reduzir o tempo médio de tramitação e impactar positivamente não apenas no presente indicador (TCL), mas também nos indicadores tempo médio dos pendentes líquidos e julgamento dos processos mais antigos.

Observados os aspectos abordados na análise de contexto, para o primeiro trimestre de 2024 foi adotada a meta de 65% de TCL, o que significa dizer que tal índice de referência foi estimado como possível percentual de processos em trâmite no 2º grau que, no último período de 12 meses, teria chances relevantes de permanecerem em tramitação, sem alcançarem solução definitiva.

O índice de congestionamento efetivamente verificado foi de 48,05%, superando, portanto, as expectativas inicialmente previstas para o período, com 126,08% de alcance da meta, índice de desempenho classificado como "ótimo"

para o período em análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando a exigência legal de que todos os pedidos de registro de candidaturas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias e publicadas as decisões até 20 dias antes do 1º turno das eleições municipais de 2024, ou seja, até 16/09/2024 (Lei nº 9.504/1997, art. 16, § 1º e Res.-TSE nº 23.609/2019, art. 54), verifica-se que os respectivos recursos eleitorais em RCand, a serem interpostos no 2º grau, devem ser autuados e julgados em curto espaço de tempo, ainda dentro desse mesmo período (3º trimestre), o que pode impactar nos indicadores de produtividade influenciados pelo tempo de tramitação dos feitos judiciais, como é o caso do indicador que afere o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos e a própria taxa de congestionamento líquida (TCL). De outra vertente, diante da tendência de priorização por esta Corte dos recursos eleitorais em RCand e outras classes originárias características do período eleitoral, tais como Direito de Resposta, Habeas Corpus e Consulta Eleitoral, a serem apreciadas no segundo semestre de 2024, pode haver o represamento de outras classes processuais que compõem o acervo passivo atual do TRE-RJ, como, por exemplo, aqueles inseridos na Meta 2 do CNJ, que estipula que devem ser identificados e julgados, até 31/12/2024, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais.

O mesmo raciocínio se aplica à Meta 4 do CNJ, que estabelece que devem ser identificados e julgados 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade. Assim, além dos reflexos incidentes sobre esses indicadores, pode haver aumento da carga de trabalho para análise, processamento e julgamento desses processos e recursos tidos como prioritários, com a consequente manutenção ou mesmo com aumento do passivo já existente no acervo atual, com destaque para os feitos

atualmente pendentes de baixa provenientes das classes Prestação de Contas Eleitorais e Prestação de Contas Anuais, referentes às eleições e exercícios passados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Foi identificado número considerável de processos julgados no 2º grau de jurisdição, que já receberam decisão terminativa (monocrática ou colegiada) e que, em muitos casos, mesmo após o trânsito em julgado, seguem pendentes de arquivamento e baixa.

A título de ilustração, há atualmente quantitativo que gira em torno de 665 processos e recursos que já foram julgados mas ainda não foram baixados, dentre os quais 193 são PCs, PCEs e PC-PPs (processos de conhecimento) e 206 são CumSen (processos de execução).

Em face de tal constatação, recomenda-se que seja verificada eventual possibilidade de revisão dos processos de trabalho na fase que sucede o trânsito em julgado desses feitos ou mesmo cogitada celebração de ocasional acordo de cooperação com órgãos externos que atuam nessa fase, como a PRE e/ou AGU, a fim de alcançar o efetivo encerramento das referidas ações judiciais, em especial dos processos das classes PC, PCE e PC-PP, considerando que é comum que sigam tramitando no 2º grau durante longos períodos nessa situação, na dependência, por exemplo, do recolhimento de valores ao Tesouro Nacional, de manifestações daqueles órgãos, da juntada periódica de petições de partes interessadas etc.

Propõe-se, ainda, a implementação de novas ferramentas de automação, por meio de robôs ou de inteligência artificial, para maior celeridade e eficiência de determinadas etapas do processamento dos feitos judiciais, a exemplo do lançamento de certidão de trânsito em julgado que hoje se encontra em fase de desenvolvimento por meio do projeto "JUDI-bot".

Sugere-se, por fim, que seja avaliada a possibilidade de se repetirem ações voltadas a tratar durante o recesso forense o passivo de processos e recursos já julgados e com trânsito em julgado mas que seguem pendentes de arquivamento e baixa.

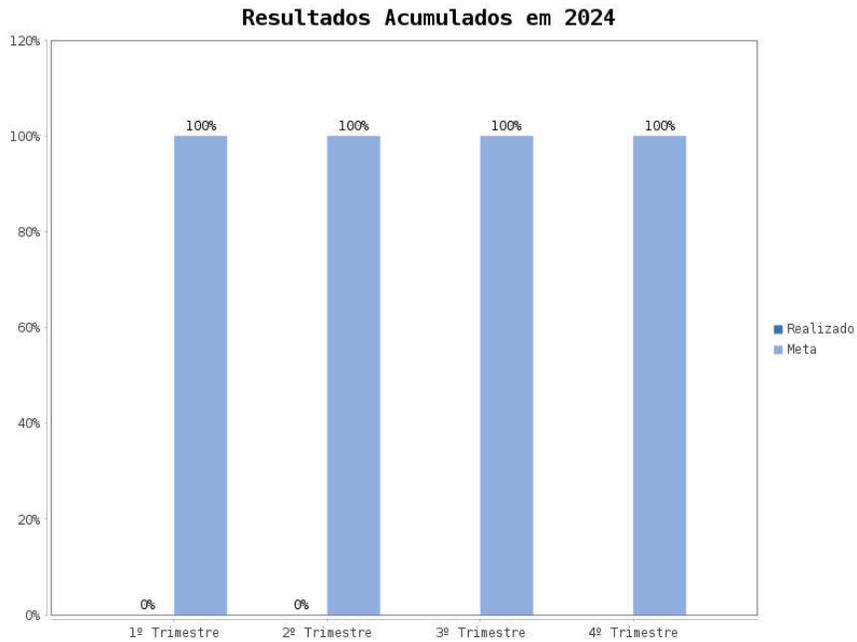
Riscos associados ao objetivo

A manutenção de processos supostamente em trâmite no 2º grau, mesmo após o trânsito em julgado, causa reflexos nos indicadores medidos para fins das metas de produtividade estabelecidas pelo CNJ, ainda que a prestação da tutela jurisdicional tenha de fato sido entregue pelo TRE-RJ, em última análise.

Demais disto, o acúmulo dos passivos de processos de prestação de contas (PCEs e PC-PPs) pendentes de julgamento e que permanecem nessa situação nos períodos subsequentes aos dos respectivos exercícios financeiros e os seus anos de eleição têm potencial para impactar negativamente nas metas de produtividade do Tribunal, incluindo a taxa de congestionamento líquida (TCL).

OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais

Desempenho do Período: 0,00%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

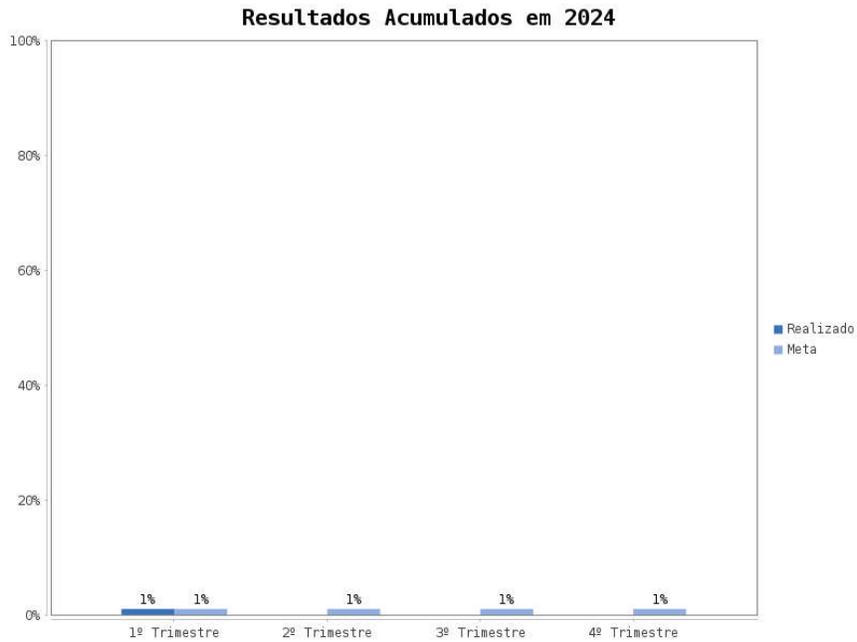
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

fechado pela sedest 23/07

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

fechado pela sedest 23/07

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

fechado pela sedest 23/07

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

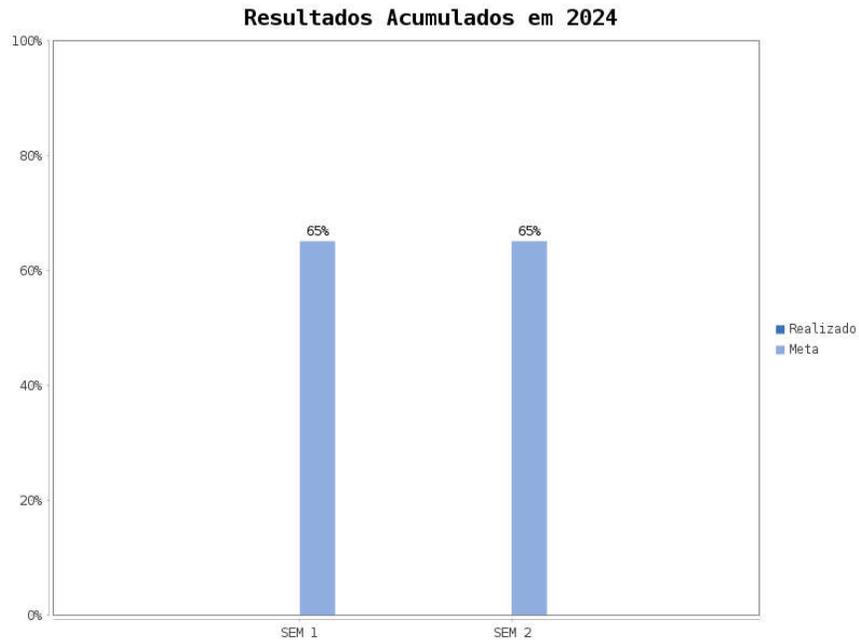
fechado pela sedest 23/07

Riscos associados ao objetivo

fechado pela sedest 23/07

IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUFR.

Análise de contexto

Fechado pela SEDEST

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela SEDEST

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela SEDEST

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

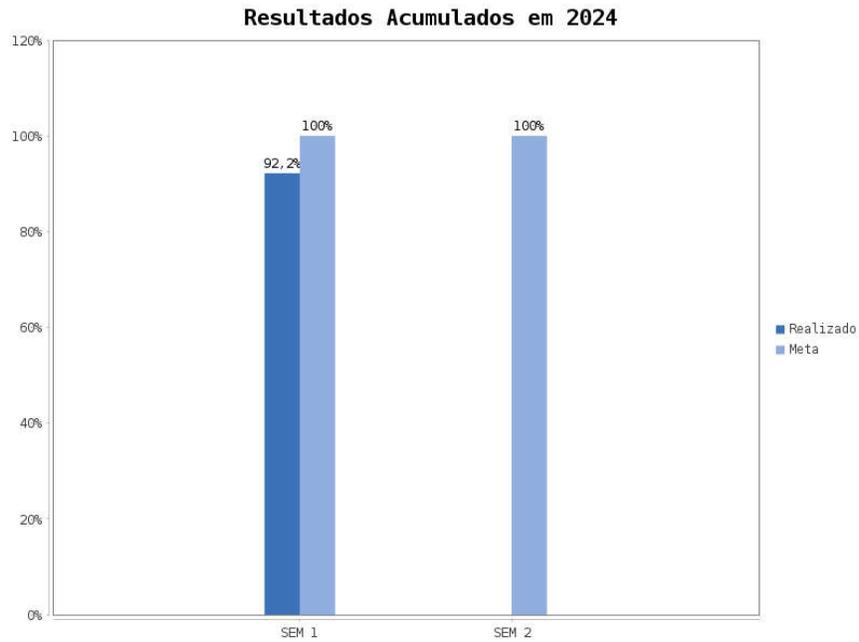
Fechado pela SEDEST

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela SEDEST

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã

Desempenho do Período: 92,20%



Responsável: EJE.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

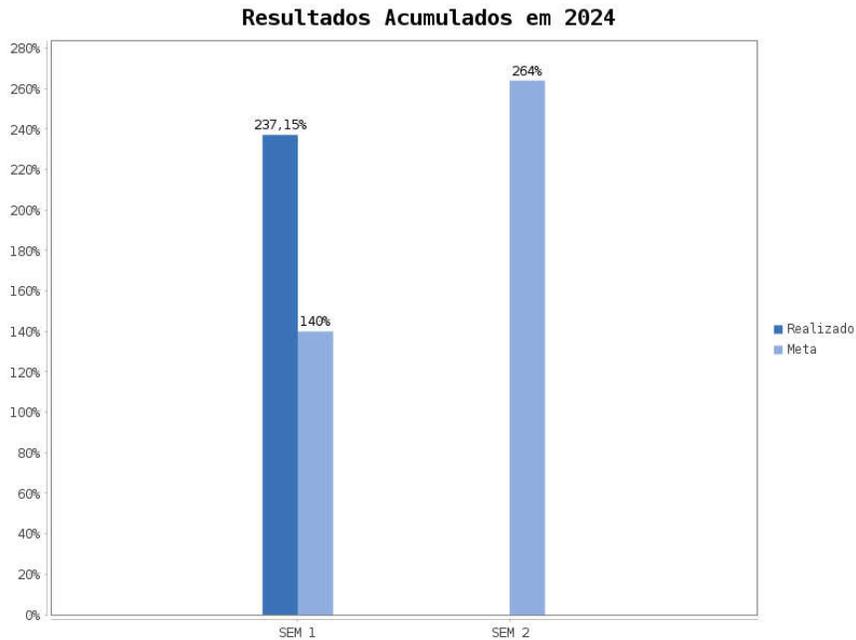
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas

Desempenho do Período: 169,39%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No primeiro semestre do exercício de 2024 houve uma diminuição do número total de alunos alcançados pelos programas de ações socioeducativas da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ, em relação ao semestre anterior, porém um aumento quando comparado ao mesmo período no ano passado. Tais números foram influenciados pela convocação de magistrados, por meio do Aviso GP nº 20/2024, para conduzirem as palestras presenciais do "TRE Vai à Escola" e também pela realização de seis ações do projeto "#PartiuVotar". Somados, ambos os projetos foram responsáveis por aproximadamente 84% do total dos estudantes atendidos no período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 89 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 7.047 alunos alcançados no primeiro semestre, a saber:

6 ações de iniciativa estratégica, denominadas #PartiuVotar, 4 no município de Petrópolis, entre os dias 9 e 12 de abril, atingindo um total de 866 estudantes, bem como 2 no município de Varre-Sai, nos dias 24 e 25 de abril, alcançando 531 estudantes. No que tange ao atendimento dos jovens para tirar a primeira via do título de eleitor, conseguimos emitir em torno de 646 novos títulos eleitorais. Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 721 estudantes fluminenses nos meses de abril a junho; ao todo foram realizadas 15 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 5.469 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 73 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ no mês de abril, alcançou cerca de 50 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que os números apresentem decréscimo no próximo semestre, tendo em vista o direcionamento de esforços do Tribunal como um todo para as Eleições Municipais de 2024. Além disso, por conta do aumento considerável das atribuições dos cartórios e acúmulo de demandas, o Aviso GP nº 20/2024 foi flexibilizado, permitindo que os cartórios façam as ações do TRE vai à Escola apenas após o pleito e dispensando de realizá-las as zonas que tenham atribuição de Prestação de Contas. Há entretanto, previsão de aumento da demanda pelas ações do Eleitor do Futuro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização; Expectativa de transformação do Projeto #PartiuVotar em um Programa.

Riscos associados ao objetivo

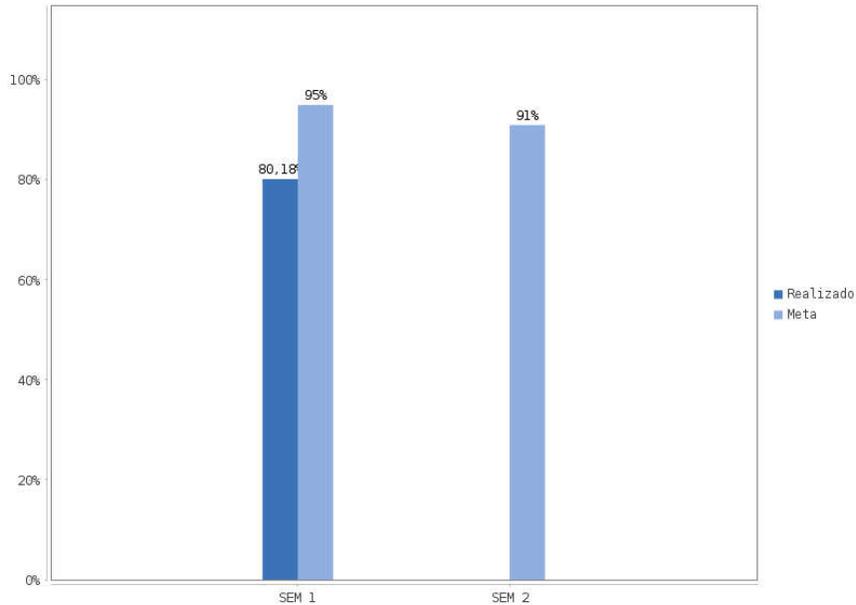
Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino, diminuição do número de palestrantes

voluntários e diminuição de número de juízes que atendam à convocação do Aviso GP nº 20/2024 por se tratar de ano eleitoral.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Desempenho do Período: 84,40%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

No primeiro semestre do exercício de 2024, a taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas manteve-se estável. As ações solicitadas são sempre atendidas pela Escola Judiciária, havendo cancelamento apenas a pedido das próprias instituições de ensino ou dos juízes eleitorais. A taxa de atendimento da demanda solicitada também é altamente influenciada pela disponibilidade do corpo de palestrantes voluntários.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 89 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 7.047 alunos alcançados no primeiro semestre, a saber:

6 ações de iniciativa estratégica, denominadas #PartiuVotar, 4 no município de Petrópolis, entre os dias 9 e 12 de abril, atingindo um total de 866 estudantes, bem como 2 no município de Varre-Sai, nos dias 24 e 25 de abril, alcançando 531 estudantes. No que tange ao atendimento dos jovens para tirar a primeira via do título de eleitor, conseguimos emitir em torno de 646 novos títulos eleitorais. Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 721 estudantes fluminenses nos meses de abril a junho; ao todo foram realizadas 15 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 5.469 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 73 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ no mês de abril, alcançou cerca de 50 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há a possibilidade de que os números apresentem decréscimo no próximo semestre, tendo em vista que o Aviso GP nº 20/2024 foi flexibilizado, permitindo que os cartórios façam as ações do TRE vai à Escola apenas após o pleito e dispensando de realizá-las as zonas que tenham atribuição de Prestação de Contas. Há portanto a possibilidade de cancelamento pelos juízes eleitorais de ações já previamente agendadas. Tendo em vista que a maior parte das ações socioeducativas são ministradas por um corpo de palestrantes voluntários, muitos deles, servidores de cartórios eleitorais, há também a possibilidade de indisponibilidade dos mesmos devido ao acúmulo de tarefas pro conta da organização das Eleições Municipais de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

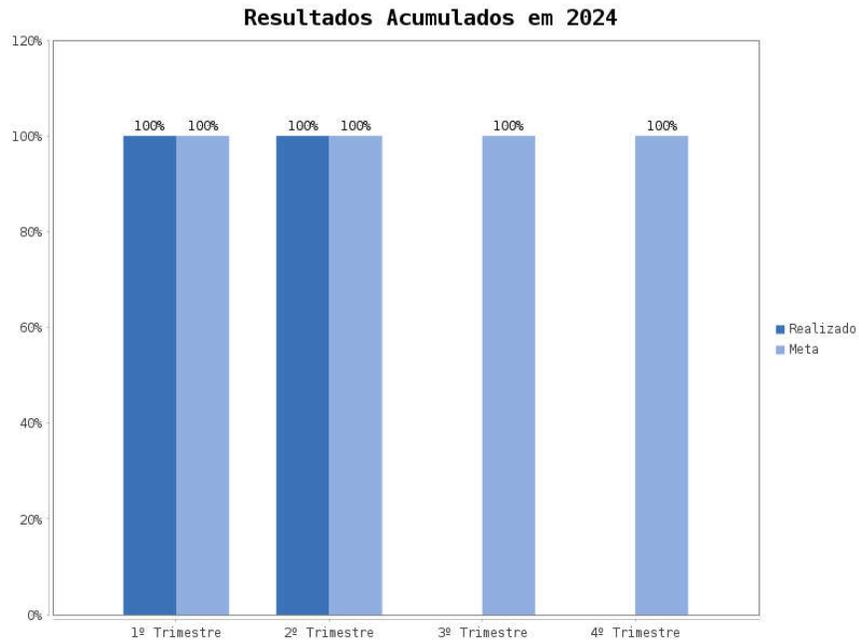
Maior incentivo ao corpo de palestrantes voluntários
Melhoria no agendamento das ações de forma a adequar as datas à disponibilidade dos palestrantes e das escolas

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos palestrantes voluntários e dos juízes eleitorais

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: COSOC.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

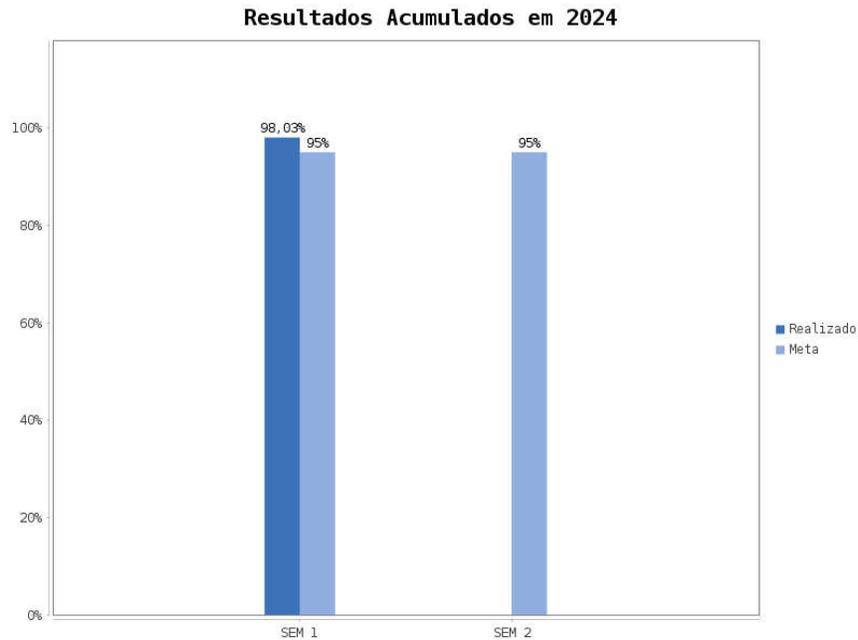
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa

Desempenho do Período: 103,19%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No primeiro semestre de 2024, essa taxa apresentou ótimo desempenho, com 98,03%, acima da meta prevista de 95%. A meta foi alcançada em todos os seis meses, obtendo um desempenho geral de 103,19%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações principais são a publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa. Com essas ações disponibilizamos conteúdo de interesse público e prestamos o esclarecimento aos jornalistas, o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória ou ótima. Nos próximos seis meses deve haver um aumento de notícias sobre o Tribunal, tendo em vista o período eleitoral, com mais eventos envolvendo o Tribunal, e, por mais que suba o número de matérias negativas, a quantidade de matérias positivas também cresce bastante, acarretando na estabilidade da taxa.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

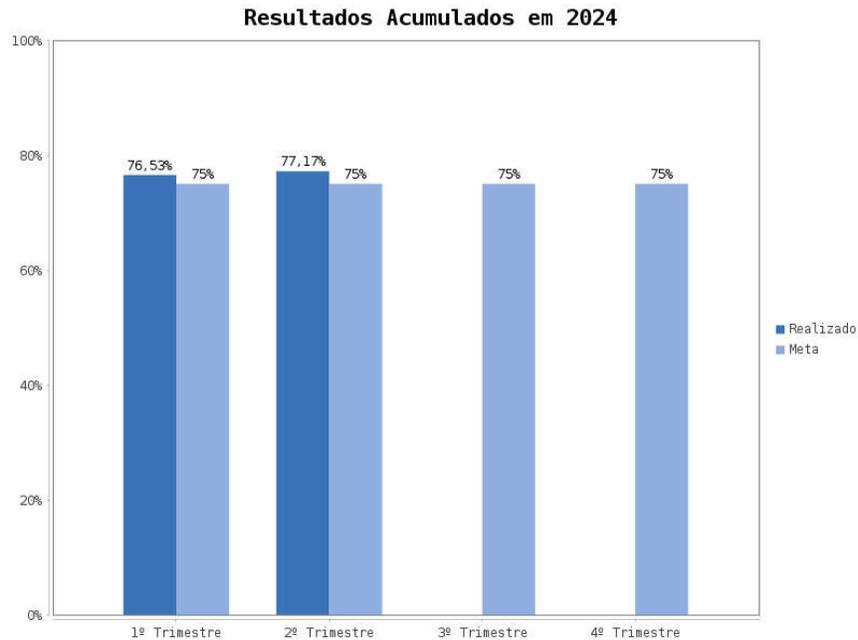
Não há nenhuma proposta prevista tendo em vista que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%.

Riscos associados ao objetivo

É importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo

Desempenho do Período: 102,89%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contexto

No segundo trimestre de 2024, a taxa das demandas de jornalistas respondidas dentro do prazo teve registro de 77,42%, acima, portanto, da meta de 75%, estabelecida para o período. O percentual de alcance da meta acumulado no ano está em 77,17%, o que é considerado ótimo em termos de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foi realizada nenhuma ação específica. No entanto, foram mantidos os protocolos gerais do setor, como manutenção da caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitoramento constante das mensagens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que o volume de demandas aumente consideravelmente, neste ano eleitoral, o que impõe desafio para o cumprimento da meta sem sobressalto. No entanto, cabe ressaltar que o setor trabalha com um efetivo de servidores inferior às suas demandas (conforme já apontado no DFT), de modo que qualquer situação fora da normalidade, como picos de demandas e férias de servidor, pode ser determinante para a diminuição do desempenho.

De modo geral, boa parte das demandas não foram respondidas dentro do prazo porque os jornalistas enviaram pedido de informação fora do horário do expediente. Do total de 86 demandas não atendidas dentro do prazo, 29 foram por esse motivo. Outras 30 demandas não foram respondidas no prazo porque não houve retorno do setor interno responsável pela informação dentro do tempo hábil, tendo em vista que, muitas vezes, o prazo dado pela imprensa é muito exíguo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

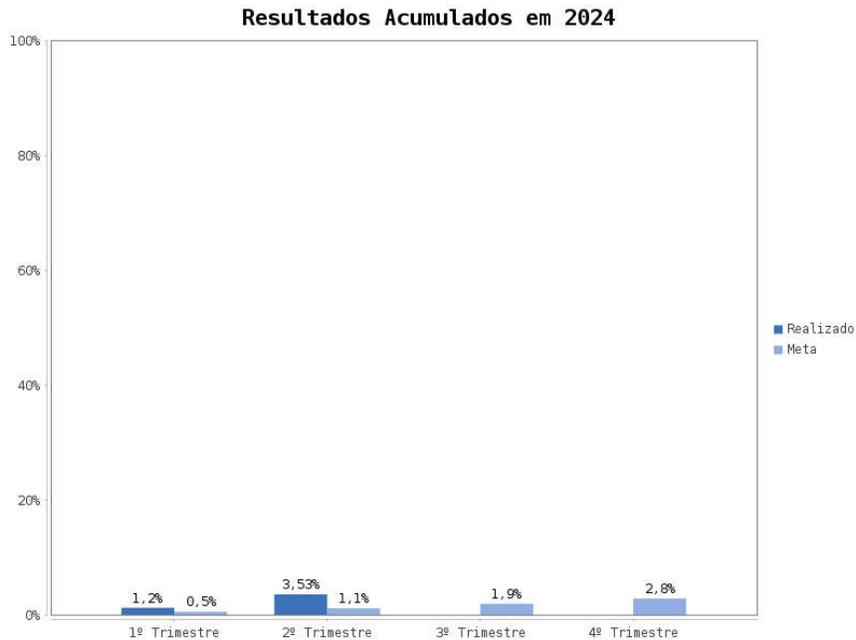
Não há, no momento, nenhuma proposta de melhoria, além da solicitação de criação da ferramenta de inteligência artificial para resposta automática, que já fora informada em análises anteriores.

Riscos associados ao objetivo

É fundamental que tenhamos mais estrutura de pessoal para que possamos obter um padrão rotineiro e seguro de atendimento aos jornalistas dentro do prazo, sem correremos riscos, devido a circunstâncias eventuais.

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Desempenho do Período: 320,85%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contexto

As ações realizadas neste segundo trimestre inserem-se num contexto em que o interesse do público pelo tema das eleições aumenta de forma relativamente significativa, por englobar o período do fechamento do cadastro eleitoral, que costuma atrair grande atenção nas mídias sociais. Neste ano, em especial, tivemos ainda a campanha de cadastramento biométrico. Todos esse fatores, somados à realização de diversas parcerias com outras instituições, contribuíram de forma significativa para o bom desempenho do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Publicações de cards sobre temas como cadastramento biométrico e fechamento do cadastro eleitoral, com destaque para a realização de collabs (parcerias) com diferentes instituições. Também foram produzidas artes aproveitando a realização de grandes eventos, como o show da cantora Madonna no Rio de Janeiro. Com tais iniciativas, obtivemos grande alcance nas mídias sociais, superando a meta prevista para o indicador neste período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora nos índices, uma vez que, à medida que as eleições se aproximam, o interesse do público sobre o tema costuma aumentar, o que se reflete no desempenho de nossas postagens nas mídias sociais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar a realização de colabs com instituições parceiras

Promover as postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)

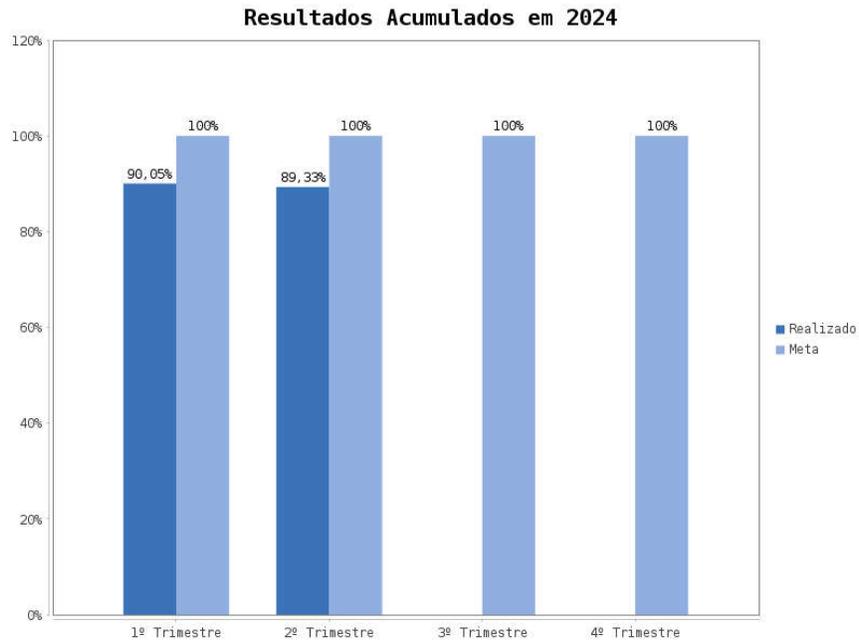
Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

Riscos associados ao objetivo

Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional

Desempenho do Período: 89,33%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Sedest

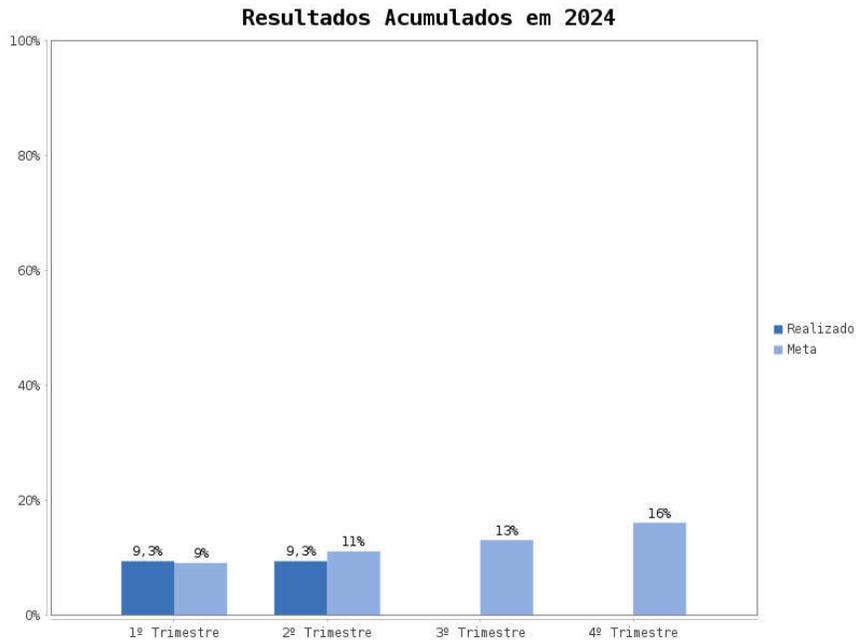
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivoFechado pela Sedest

IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos

Desempenho do Período: 84,57%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto

No último trimestre não foi iniciada a gestão de riscos em nenhum processo, permanecendo os mesmos 4 (quatro) processos de segundo nível que, no primeiro trimestre, estavam com a gestão de riscos implementada: 1) Gerir contratações; 2) Gerir ativos de Tecnologia

da Informação e Comunicação; 3) Gerir operações de TI; 4) Gerir desenvolvimento e implantação de soluções de TI.

Houve um avanço no monitoramento e comunicação dos riscos, que estão sendo acompanhados periodicamente pelos respectivos gestores e reportados nas reuniões dos Comitês de Governança de Contratações e de TIC, por intermédio da apresentação do plano de gerenciamento de riscos e do relatório de riscos.

Conforme registrado no trimestre anterior, no exercício de 2024, a ampliação da gestão de riscos no Tribunal está direcionada à implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, o que significa dizer que mais processos serão alcançados pela gestão de riscos de acordo com a avaliação do contexto de integridade da instituição e das prioridades definidas pelo programa, cuja implantação é objeto de projeto já iniciado.

Ressalta-se, no entanto, que, em virtude de recomendação oriunda da auditoria interna, foi elaborado plano de ação para implementação da gestão de riscos de assédio e discriminação até o final deste exercício.

Permanece a expectativa de que possa haver dificuldades na disponibilidade das pessoas para o desenvolvimento das atividades de gestão de riscos, uma vez que grande parte dos esforços de trabalho estarão voltados para a realização do pleito eleitoral.

Até o momento não houve a definição dos gestores dos processos previstos na Arquitetura de Processos, aguardando-se sua conclusão para que seja avaliado seu impacto sobre as gestões de riscos em curso, tendo em vista que os gestores de processos são responsáveis pela gestão de riscos dos seus processos, conforme estabelecido pela Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

1. Estruturação do relatório de gestão de riscos de TI e de contratações para reporte aos comitês de governança e à ASGERI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o cronograma previsto para a implementação da gestão de riscos de assédio e discriminação, há uma expectativa de que até o final do exercício ao menos um processo seja computado no indicador.

Maior avanço, no entanto, só poderá ser observado a partir da implementação da gestão de riscos no âmbito do projeto de

implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, cuja previsão é apenas para o próximo exercício.

Assim, conforme previsto no primeiro trimestre, há uma tendência de piora do desempenho do indicador nos próximos ciclos, o que poderá impactar no desempenho do objetivo a ele relacionado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

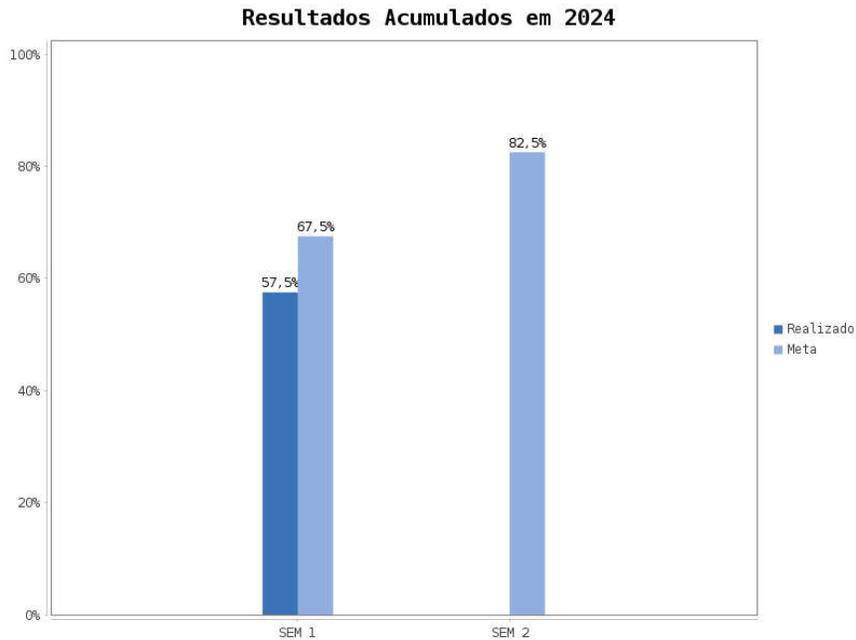
Priorizar o desenvolvimento do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Manter a pauta de gestão de riscos nas reuniões dos comitês de governança.

Riscos associados ao objetivo

Mudanças na Arquitetura de Processos, que diminuam ou aumentem o quantitativo de processos de segundo nível; Alteração dos gestores dos processos que possuem gestão de riscos implementada; Descontinuidade ou suspensão do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Indisponibilidade das unidades envolvidas na implementação da gestão de riscos de assédio e discriminação e dos processos a serem priorizados.

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos

Desempenho do Período: 85,19%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto

O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. Atualmente, a gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ (Resolução nº 1.101/2019) e a metodologia adotada para sua aplicação encontra-se prevista no Manual de Gerenciamento de Riscos, aprovado pelo Ato GP nº 462/2019.

A Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno – ASGERI é a unidade responsável pela estruturação das atividades relacionadas a gestão de riscos do Tribunal e as práticas contempladas no indicador direcionam as ações necessárias a essa estruturação.

Ao longo do tempo, a unidade vem aperfeiçoando instrumentos e padrões de forma a facilitar a adoção de práticas de gestão de riscos na instituição, em busca de introduzi-la na cultura da gestão organizacional. O resultado desse esforço, porém, ocorre de forma paulatina, conforme as áreas adotem as abordagens de riscos propostas e a instituição impulse sua implementação em temas críticos.

No último período o desempenho do indicador sofreu uma ligeira melhora devido à consistência na atualização periódica das informações dos riscos monitorados no Portal de Riscos.

Com relação aos riscos considerados críticos, na 1ª reunião do Comitê de Gestão de Riscos de 2024, ficou estabelecido que os riscos estratégicos passariam a ser denominados riscos institucionais, em virtude de estarem mais voltados para o negócio do que para a estratégia, e que passariam a compor o rol de riscos críticos, até que mais riscos de outras temáticas se classifiquem como críticos.

Permanece o entendimento de que o atual direcionamento dado pela alta gestão de priorização da implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ exigirá o envolvimento de diversas áreas e o aperfeiçoamento da comunicação e governança da gestão de riscos, o que poderá contribuir para a melhoria do nível de aderência em alguns quesitos avaliados, como a utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos na tomada de decisão, o monitoramento e a avaliação da gestão de riscos pela alta instância de governança e a divulgação e atualização dos planos de gerenciamento de riscos.

Por outro lado, alguns quesitos tendem a não ser impulsionados, como o plano de continuidade e a estruturação do ciclo de aprimoramento da gestão de riscos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

Início do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Estruturação do relatório de gestão de riscos de TI e de contratações para reporte aos comitês de governança e à ASGERI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Uma vez que os próximos meses serão dedicados a atividades de estruturação do Programa de Integridade, há expectativa de que não ocorram avanços na gestão de riscos que melhorem o resultado do indicador, o que impactará de forma negativa no desempenho do objetivo.

Há, porém, uma forte expectativa de que a estruturação do programa auxilie na aculturação da gestão de riscos dentro do Tribunal nos anos vindouros.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Priorizar o desenvolvimento do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Manter a pauta fixa, nas reuniões dos Comitês de Governança da Tecnologia da Informação e de Governança de Contratações, envolvendo o reporte dos riscos de TI e de contratações, respectivamente; Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

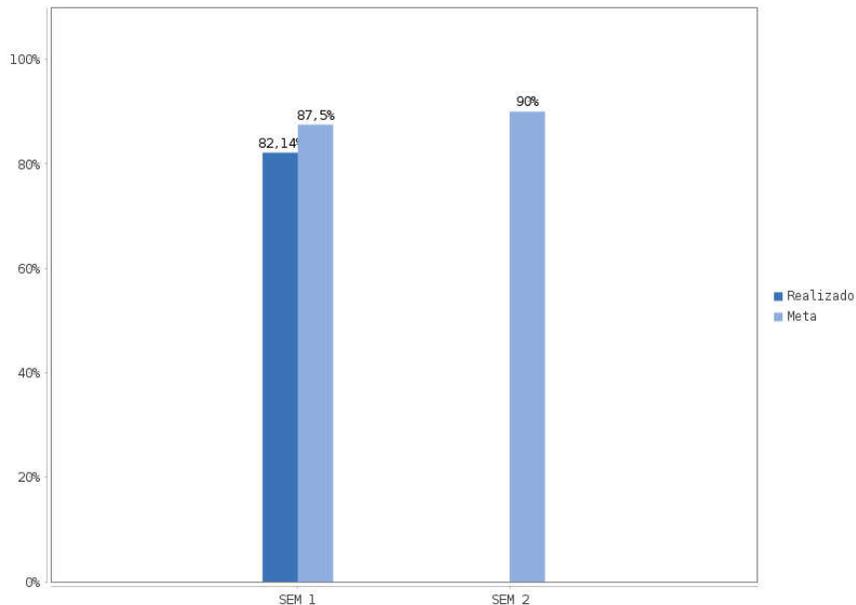
Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a ampliação da implantação do gerenciamento de riscos na organização; Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento da gestão de riscos na organização; Resistência por parte dos gestores para adoção das práticas de gestão de riscos; Mudanças nas equipes de apoio à gestão que acarretem a perda do conhecimento técnico necessário à gestão de riscos na respectiva área.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações

Desempenho do Período: 93,87%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

A análise do indicador usou como base o último questionário oficial do IGovCONTRAT, disponibilizado pelo TCU em 2021. O questionário foi respondido pela SAD, com posterior ratificação pelo CGovCON, em dezembro de 2023, cujo resultado foi usado exclusivamente para subsidiar este indicador estratégico. A próxima medição passará a considerar as respostas ao indicador IESGo 2024 - Environmental, Social and Governance, que substituirá oficialmente o IGovCONTRAT.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Observa-se uma evolução significativa no percentual de itens do questionário que foram alcançados de 2021 para 2023, indicando que as medidas adotadas foram efetivas. Como ações realizadas, pode-se citar: capacitação de gestores e demais servidores em gestão de riscos das contratações; avanços na estrutura e no acompanhamento do Plano de Contratações Anual; organização do processo de trabalho para planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão dos contratos; adoção de práticas sustentáveis nas contratações, entre outros.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os desafios se concentram no desenvolvimento da capacidade dos colaboradores da área de contratações, na definição de perfis profissionais desejados para atuar na área, bem como na definição de critérios objetivos para avaliação de desempenho e transmissão de informações, além da necessidade de elaborar mecanismos para atrair e reter os colaboradores na área de contratações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

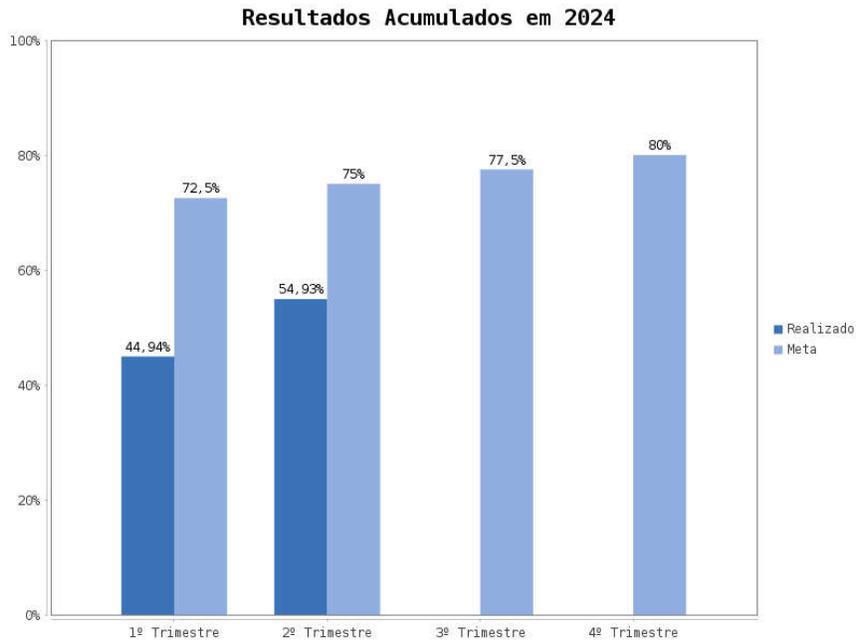
Envolvimento da alta Administração na definição de diretrizes para seleção de colaboradores com perfil profissional adequado e mecanismos de retenção destes na área.

Riscos associados ao objetivo

A falta de colaboradores com perfil de atuação na área de contratações e a difícil retenção dos colaboradores na área geram o risco de atraso ou inexecução das contratações, podendo impactar atividades essenciais do Tribunal.

IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)

Desempenho do Período: 73,24%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

O Plano de Contratações Anual (PCA) relaciona 134 novas contratações e 40 prorrogações contratuais para o ano de 2024, sendo 107 contratações para serem concluídas durante o 1º semestre de 2024. Até o momento, 47 foram concluídas, 64 estão em andamento, 34 ainda não foram iniciadas, 25 foram canceladas e 04 adiadas, afetando os indicadores do processo. Os atrasos decorrem, principalmente, da etapa de planejamento da contratação (mais especificamente, na elaboração do termo de referência da contratação), sob responsabilidade das unidades demandantes, impactando, por conseguinte, as demais etapas. Além disso, foram iniciadas 41 contratações não planejadas, para atender a demandas extraplano, afetando, também, o processo administrativo das contratações.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Apesar dos atrasos, o indicador apresentou resultado superior ao histórico para o período de medição, sendo o resultado influenciado por algumas ações mais concretas de acompanhamento das contratações, como reuniões presenciais com gestores para explicar a importância da aderência das contratações aos prazos previstos no PCA e o seu correto registro na planilha.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora no indicador, devido a cada vez maior familiaridade com o PCA pelas unidades demandantes, o que influencia no cumprimento dos prazos previstos para as contratações e no correto preenchimento da planilha.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

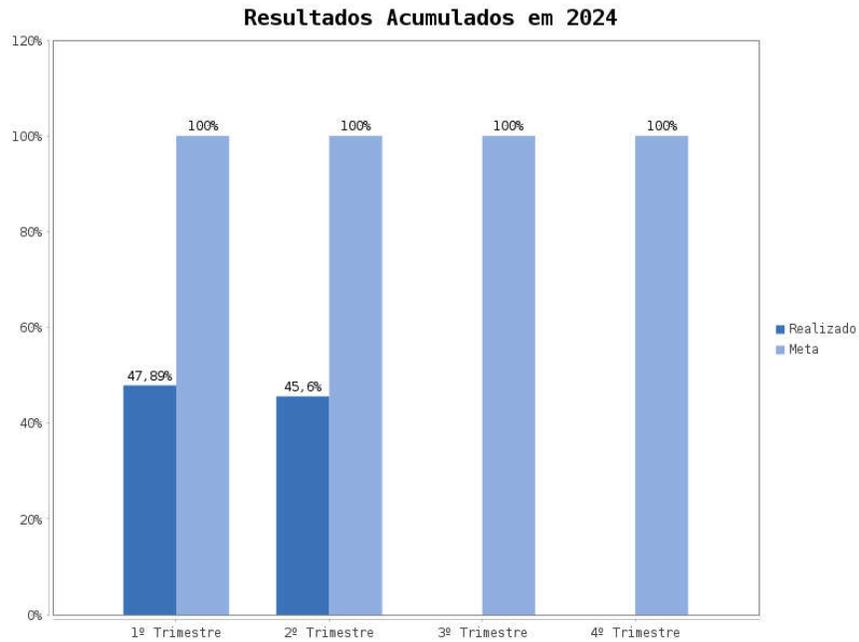
Ações de conscientização para aderir aos prazos inicialmente planejados e para o correto preenchimento da planilha, através de contatos contínuos com as unidades demandantes.

Riscos associados ao objetivo

Não conclusão das contratações no período, impactando o objeto da contratação e o orçamento do ano corrente.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente

Desempenho do Período: 45,60%



Responsável: SAD.

Análise de contexto Fechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fechado pela Sedest

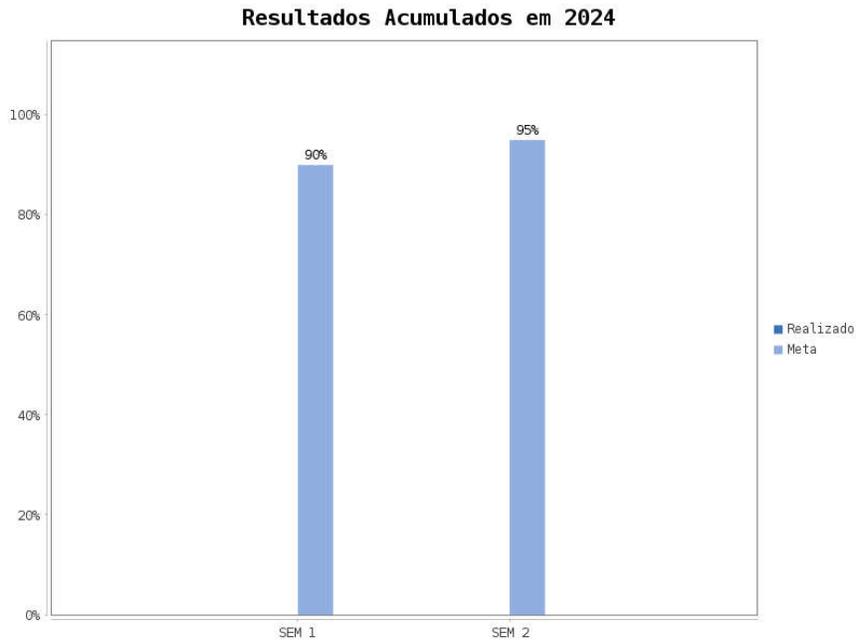
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivo Fechado pela Sedest

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGGIM.

Análise de contexto

No segundo semestre de 2022, foi contratada a ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação quanto à LGPD, conforme processo 2020.0.000054284-7. O período experimental de uso da ferramenta e respectivos ajustes do sistema Astrum Pro foi concluído em setembro de 2023, tendo o sistema recebido aceite da equipe de contratação. Após, foi identificada a necessidade de novos procedimentos e ajustes pela SEGDOC para geração dos Instrumentos de Gestão Documental (ajustes nos metadados importados para o banco de dados), tendo sido os procedimentos de ajustes concluídos no mês de dezembro de 2023, durante o recesso. A ferramenta foi testada novamente pela equipe da SEGDOC em ambiente de produção e os instrumentos de Gestão Documental conferidos. A parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação para realização de testes e projeto piloto, teve início em junho de 2024 e encontra-se em andamento. Espera-se que a nova etapa de parametrização da ferramenta e de capacitação para realização do projeto piloto sejam concluídas no segundo semestre de 2024. O início da coleta de dados começará após autorização da DG, visto que estamos em período eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

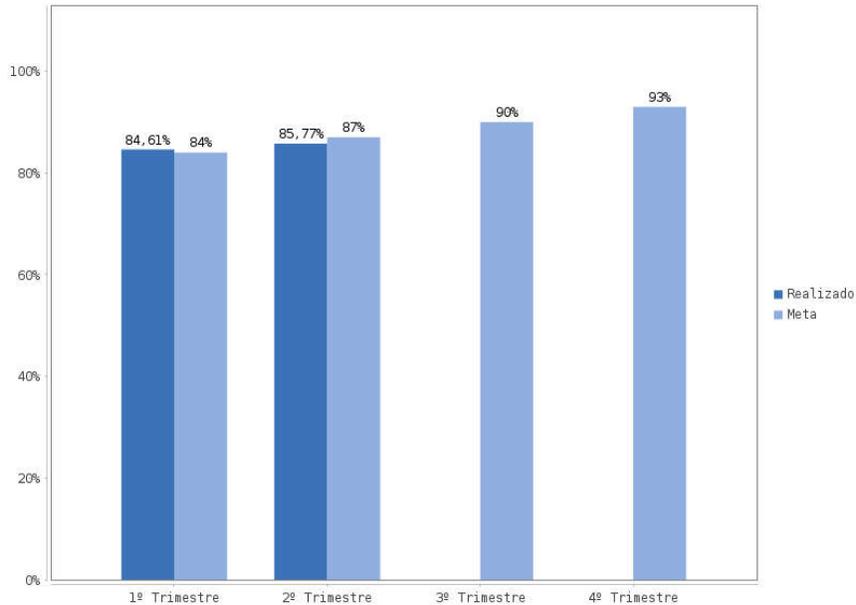
Identifica-se nesse momento os riscos associados com as ações para parametrização dos novos metadados do Inventário de Dados da LGPD, circunstância que pode gerar novos e significativos problemas e necessidade de novos ajustes na ferramenta, visto que foram incluídos 54 conjuntos de metadados e novas listas de valores padrão. O comportamento dos metadados também está sendo ajustado, o que demanda muito testes e ajustes. Em razão dos diversos desafios enfrentados para configurar e ajustar a ferramenta, será necessário inclusive avaliar a estabilidade do sistema e a possibilidade de utilização da ferramenta para realização do Inventário de Dados Pessoais em projeto piloto, conforme registrado pela equipe de contratação da ferramenta.

Identificam-se ainda riscos associados com o período eleitoral, pois outras ações podem ser priorizadas, como o deslocamento de servidores para atividades extraordinárias inerentes ao pleito, trazendo dificuldades para conclusão da parametrização da ferramenta e preenchimento dos dados pelos gestores das unidades.

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados

Desempenho do Período: 98,59%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPREX.

Análise de contexto

PRIMEIRAMENTE, INFORMAMOS QUE FOI INICIADA A DIGITALIZAÇÃO DE UM TOTAL DE 20 METROS LINEARES DE PASTAS DE PENSIONISTAS ORIUNDAS DA SECINP.

ATÉ A ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO, FORAM DIGITALIZADOS 3 METROS LINEARES DE PASTAS DE PENSIONISTAS RELATIVA A COMPETÊNCIA EM ANÁLISE. O PROGRESSO É LENTO, PRINCIPALMENTE, POIS O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADO IDEAL PARA UMA IMEDIATA DIGITALIZAÇÃO SEM TRATAMENTO PRÉVIO. POR CONSEQUENTE, EXISTE A NECESSIDADE DE UMA INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA EXECUTAR PEQUENAS RESTAURAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO FÍSICA PARA GARANTIR UM MANUSEIO SEGURO POR PARTE DE ARQUIVISTAS E DIGITALIZADORES.

APÓS A CITADA RESTAURAÇÃO NA PARTE MATERIAL, NA MAIORIA DAS VEZES TAMBÉM É NECESSÁRIO QUE O DOCUMENTO JÁ DIGITALIZADO PASSE POR UM TRATAMENTO DE IMAGEM, UTILIZANDO PROGRAMA APROPRIADO PARA TAL, O QUE ACARRETA EM IMAGENS MAIS NÍTIDAS E TEXTOS MAIS LEGÍVEIS.

A DOCUMENTAÇÃO QUE ATUALMENTE ESTÁ SENDO TRABALHADA, NO QUE SE REFERE AO ASPECTO MATERIAL, NÃO DIFERE TOTALMENTE DAS PASTAS DE APOSENTADOS, CONTUDO HÁ DOCUMENTOS NOVOS QUE GERAM DÚVIDAS CONSTANTES QUANTO À CLASSIFICAÇÃO, SENDO ESTAS DÚVIDAS SANADAS ATRAVÉS DE CONSULTAS AOS SERVIDORES DA SECINP SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

IMPORTANTE RESSALTAR QUE, NESTE TRIMESTRE, OCORREU PARALELAMENTE AO TRABALHO DAS PASTAS DE PENSIONISTAS A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A RESULTADOS DE ELEIÇÕES REALIZADAS NOS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO ANTES DO ADVENTO DA URNA ELETRÔNICA. A DIGITALIZAÇÃO DO REFERIDO MATERIAL DE ELEIÇÕES SERÁ DE GRANDE IMPORTÂNCIA, HAJA VISTA SUA FUTURA DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET PARA CONSULTA PÚBLICA, ESPECIALMENTE POR PESQUISADORES.

POR ISSO, O EMPENHO DOS ARQUIVISTAS E OPERADORES DE ESCÂNERES PARA OBTER A MELHOR IMAGEM DA DOCUMENTAÇÃO É IMPRESCINDÍVEL.

POR FIM, É IMPORTANTE RESSALTAR QUE A CESSÃO DE DIGITALIZADORES PARA OUTRAS UNIDADES DA SEDE E EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO DE UM DOS DIGITALIZADORES TAMBÉM IMPACTARAM OS TRABALHOS DE DIGITALIZAÇÃO EFETUADOS NA SEPREX DURANTE O TRIMESTRE EM ANÁLISE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

NO PERÍODO EM ANÁLISE FOI REALIZADA A DIGITALIZAÇÃO DE MATERIAL REFERENTE ÀS ELEIÇÕES REALIZADAS NOS ESTADOS DA GUANABARA E RIO DE JANEIRO PARALELAMENTE À DIGITALIZAÇÃO DAS PASTAS DE PENSIONISTAS ENVIADAS PELA SECINP. MESMO COM A DIVISÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA EQUIPE DE DIGITALIZAÇÃO, FOI POSSÍVEL AVANÇAR NO TRABALHO DE DIGITALIZAÇÃO, MANTENDO O PROGRESSO NO TRABALHO ALÉM DA META ESTABELECIDADA.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de

desempenho do objetivo)

PARA O PRÓXIMO SEMESTRE, A TENDÊNCIA É DE ESTABILIZAÇÃO NO RITMO DE TRABALHO DE DIGITALIZAÇÃO À MEDIDA QUE OPERADORES DE SCANNER E ARQUIVISTA SE HABITUEM COM OS NOVOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

AQUISIÇÃO DE SCANNERS MODERNOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ATUAIS QUE JÁ APRESENTAM SINAIS DE DESGASTE.

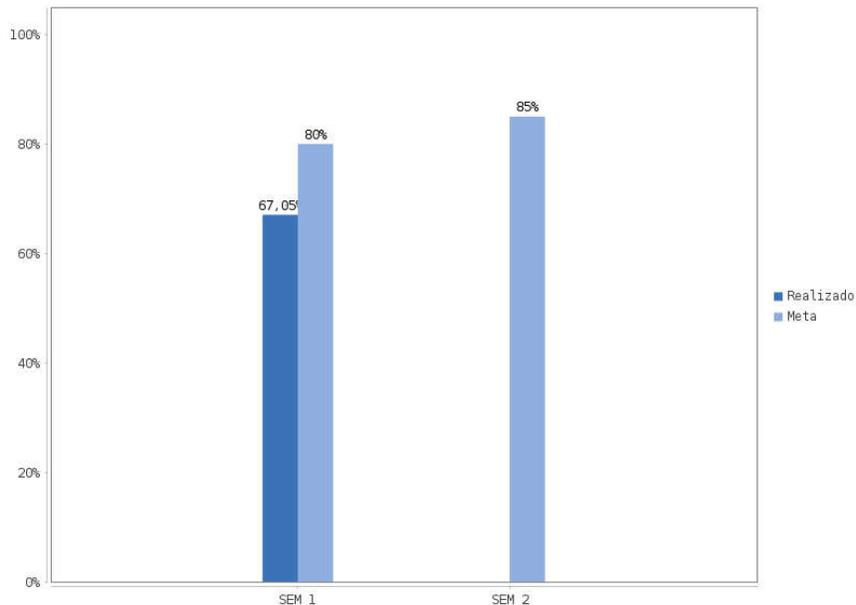
Riscos associados ao objetivo

O PRINCIPAL RISCO ASSOCIADO AO OBJETIVO PERMANECE SENDO POSSÍVEIS CESSÕES DE OPERADORES DE SCANNER PARA OUTRAS UNIDADES DA SEDE. TAMBÉM SENDO DIGNO DE MENÇÃO A POSSIBILIDADE DE QUEBRA DE UM DOS SCANNERS.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico

Desempenho do Período: 83,81%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.

Análise de contexto

Trata-se de fase de trabalho em curso, que envolveu anteriormente sensibilização e preparação para início de mudança de cultura em relação à identificação de tipos documentais (aqui, caracterizados no sistema SEI! como tipos de documentos e de processos), agora aplicados de forma prática, no sistema SEI!, à produção desses tipos de documentos e de processos nesse sistema eletrônico, estruturados a partir das Bases de Conhecimento, orientando todos os usuários internos do TRE (servidores e magistrados) quanto à estruturação de fluxo processual 'ideal' para a produção de processos administrativos digitais no SEI! (sistema oficial diretamente ligado à implantação do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal).

A continuidade da medição desse indicador no presente ano tem como objetivo subsidiar, de forma mais precisa, a percepção da SEGDOC (Unidade Gestora do SEI! no TRE/RJ) quanto à adequada utilização de milhares de tipos documentais reconhecidos pelas próprias Unidades do Tribunal quanto à especificidade de seus objetivos de produção para apoio às suas atividades cotidianas de natureza administrativa, permitindo aferir o grau de maturidade em relação ao uso estruturado do SEI! no Tribunal, como ferramenta associada à adoção do Processo Administrativo Eletrônico neste Tribunal, bem como para orientar melhorias no fluxo de trabalho materializado a partir das Bases de Conhecimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Para seleção dos processos críticos objeto da medição do indicador estratégico, utilizou-se, neste semestre, o critério relacionado aos 20% de tipos de processos no SEI!, para as competências Pessoas e Infraestrutura, no 1º semestre/2024). Primeiramente, foram priorizados os tipos processuais analisados em 2022 e 2023, com indicação desfavorável e após, de forma subsidiária, utilizou-se a quantidade dos tipos de processos críticos selecionados pela SEGDOC, adotando-se porcentagem específica de processos de cada tipo processual a ser analisado pela SEGDOC, mediante estratos específicos por quantidade. Para a análise, adotou-se como critério de análise para cada tipo de processo crítico selecionado o início da data de implantação da 1ª versão da Base de Conhecimento deste tipo processual no SEI! (ou seja, 14/01/2019 - data da implantação geral do SEI! no Tribunal - ou data posterior) ou o final da data de análise dos tipos processuais em desconformidade com a Base de Conhecimento analisados em 2022 e 2023, das supracitadas competências.

A partir dessa medição, adotou-se no primeiro semestre de 2024, para continuidade do trabalho iniciado no semestre anterior pela SEGDOC (trabalho novo no Tribunal, ainda em fase de amadurecimento), os tipos processuais ligados às competências Pessoas e Infraestrutura.

O resultado quanto à implantação das Bases de Conhecimento no SEI! pode ser considerado excelente, posto que se possui cerca de 95% das Bases com tipos processuais ativos neste sistema já implantadas no SEI!. Por outro lado, houve resultado ruim quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento realizadas, em torno de 40%, um pouco abaixo do esperado para o momento (dado já haver mais de cinco anos da implantação geral do SEI neste Tribunal), tendo impacto decisivo no desempenho geral do IE37 para o 1º semestre/2024.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Percebeu-se, em relação às Bases de Conhecimento, um trabalho que já vem com indícios de maior consolidação de implantação no Tribunal, vez que a SEGDOC percebe haver uma internalização crescente do uso das Bases de Conhecimento pelos usuários internos do Tribunal a partir de suas atividades cotidianas de suporte ao SEI!, como medida de eficácia da produção de processos administrativos digitais no SEI!.

Quanto à análise do uso da Base de Conhecimento no SEI!, observou-se ainda haver uma adesão relativamente baixa ao uso adequado de Bases de Conhecimento, o que possivelmente pode ser associada, além da necessidade de maior consolidação de cultura organizacional quanto à produção estruturada de documentos e processos administrativos digitais no Tribunal, talvez possa estar também associada, além da necessidade de atendimento a demandas urgentes (cultura de "apagamento de incêndios"), também a eventuais dificuldades no uso simultâneo de outros sistemas eletrônicos para outras atividades cotidianas das unidades, sem o mesmo grau de detalhamento do SEI! e em uma nova realidade com o uso massivo de sistemas eletrônicos, o que pode ter tido algum impacto na observação do uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI!.

Pelo observado na SEGDOC, indica-se a possibilidade de haver no mínimo estabilidade ou, ao menos, uma leve melhora do desempenho do indicador à medida que cria-se maior consciência no Tribunal em relação à importância do uso adequado das Bases de Conhecimento pelas Unidades, especialmente nos grupos de Unidades que passaram novamente pelo ciclo de análise do uso das Bases de Conhecimento, em 2024.

Pretende-se observar melhor essas tendências nas próximas análises do indicador estratégico IE37.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quanto à análise do uso das Bases de Conhecimento, pretende-se em princípio continuar com a estratégia atualmente adotada, da sensibilização já verificada e, sempre que verificada a necessidade, de roteiro reforçando a sensibilização dos impactos quanto ao uso adequado das Bases de Conhecimento no SEI! para as Unidades Gestoras do processo e, como normalmente a maioria dos processos implantados no SEI! são transversais, podem atingir potencialmente as demais unidades operadoras desses processos com eventuais inconformidades verificadas no uso prático das Bases de Conhecimento no SEI!.

Vislumbra-se a possibilidade de ação (ações) de comunicação a ser(em) realizada(s) junto à COSOC para o ano de 2025 (ou, também, como parte de um Plano de Comunicação Social), reforçando a importância e os impactos futuros para a adequada utilização das Bases de Conhecimento implantadas no SEI!. Tal percepção existe inclusive porque, dentre a estratégia de sensibilização comunicada pela SEGDOC especialmente nos casos de desconformidade no uso de Bases de Conhecimento, encontra-se a menção a impactos futuros nos trabalhos de preservação digital (RDC-Arq), com indicação de priorização pela Administração do Tribunal no formato de projeto estratégico. Ademais, também vislumbra-se a importância de maior conscientização quanto ao tratamento e proteção de informações e dados pessoais, inclusive, aqueles produzidos no SEI!, tendo em vista a proximidade de início da realização de trabalhos ligados à identificação e tratamento de dados pessoais, a partir de projeto estratégico (Inventário de Dados/LGPD).

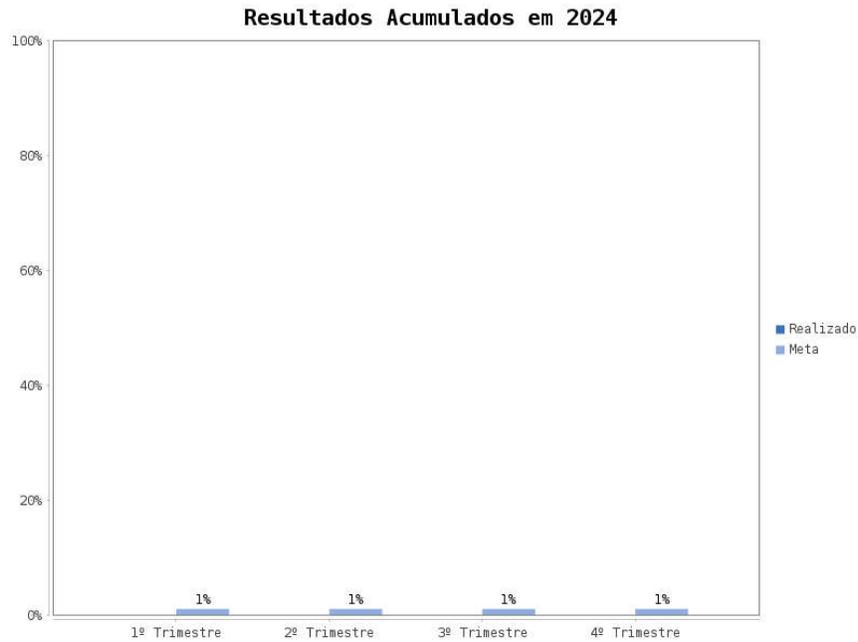
Riscos associados ao objetivo

Produção e pesquisa inadequadas por tipos de documentos produzidos no SEI!, quando há uso inadequado dos tipos de documentos e processos já implantados no SEI! e estruturados através do uso de Bases de Conhecimento (isso, quando as Bases de Conhecimento estão efetivamente implantadas no SEI!, o que ainda apresenta desafios especialmente envolvendo algumas Unidades da SGP, embora essa situação venha melhorando progressivamente, inclusive, dentro do último período).

O uso inadequado e, também, a própria ausência de Bases de Conhecimento no SEI! tem impacto sobre trabalhos correlatos à gestão documental, a exemplo de parcela significativa de trabalho posterior de preservação digital a ser melhor estruturado neste Tribunal (neste momento, em fase inicial de projeto estratégico neste Tribunal), visto que a produção e tramitação de processos e documentos necessariamente antecedem à preservação destes, inclusive em meio digital, bem como possível classificação e tratamento de informação com grau de sigilo nos respectivos documentos e processos, nos termos da LAI (Lei de Acesso à Informação), LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e outras legislações específicas.

IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contexto

A respeito da medição do indicador estratégico IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação, comunico que ainda não há índices disponíveis. A criação do índice depende do estabelecimento, pela alta gestão, dos serviços considerados críticos para o negócio, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços.

Paralelamente, é preciso criar um sistema de gestão de riscos de segurança da informação e incorporá-lo ao sistema de gestão de riscos institucional, o que demandará esforços conjuntos da área de segurança da informação e gestão de riscos. As primeiras etapas desses esforços já foram concluídas com a realização da capacitação "Gestão de Segurança da Informação " e a publicação da "Instrução Normativa DG n.º 01/2024", que versa sobre a gestão de riscos de Segurança da Informação no âmbito do TRE-RJ (SEI 2022.0.000056080-5).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

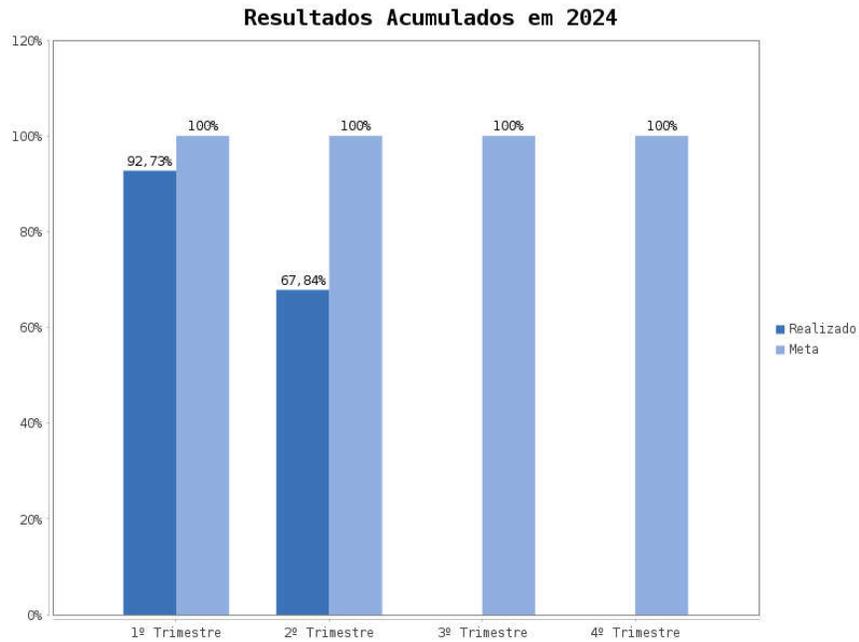
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação

Desempenho do Período: 67,84%



Responsável: SGP.

Análise de contexto

Fechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Sedest

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

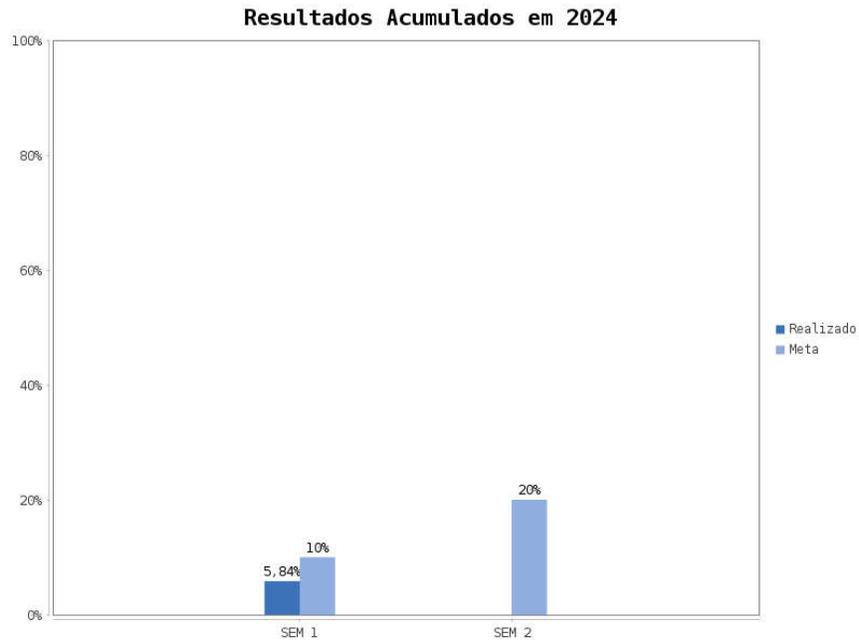
Fechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Sedest

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)

Desempenho do Período: 58,37%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEATES.

Análise de contexto

Fechado pela Sedest

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Sedest

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Sedest

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

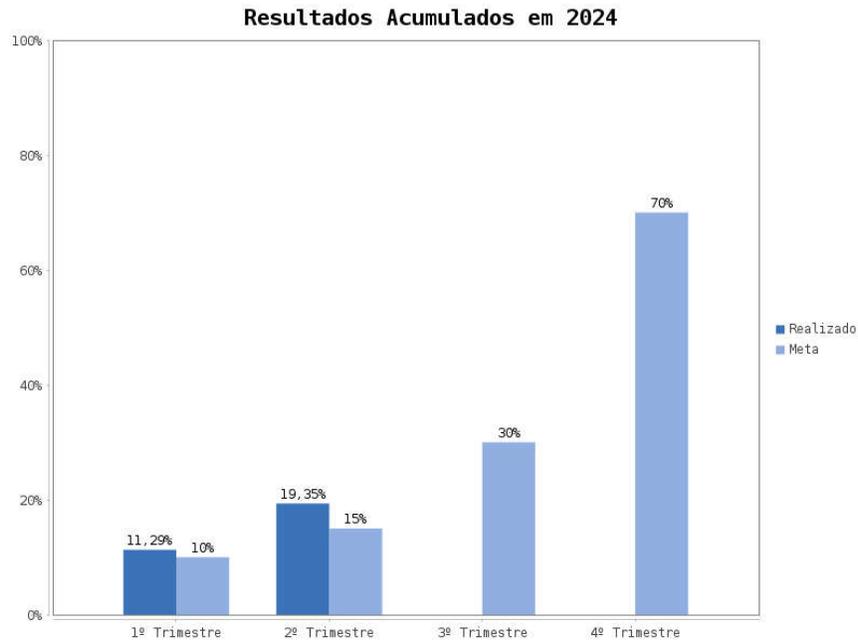
Fechado pela Sedest

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Sedest

IE 42 - Taxa de aderência ao PAC

Desempenho do Período: 129,03%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Até 30/06/2024, foram realizados 12 cursos previstos no PAC e 5 extra-PAC:

1. Eixo Eleitoral - Fechamento de Cadastro - Atendimento básico de eleitores
2. Assédio - EAD -Turma fevereiro-T.4
3. CND
4. Mediação Organizacional
5. Desenvolvimento de Liderança - Trilhas
6. Registro de Candidatura
7. Campanha Cibersegurança
8. Kanban - KSD - PAC
9. Kanban - KSI
10. X-Tech
11. Data Analytics
12. Congresso de Gerenciamento de Riscos - PAC - 1

EXTRA-PAC

- 1.Chat GPT e similares nos instrumentos de contratações - 1
2. Equidade Racial
3. Linguagem Simples - EXTRA-PAC
4. Mestre de Cerimônias - EXTRA-PAC
5. 19º CBGL - Congresso Brasileiro de Gestão e Liderança - EXTRA-PAC(substituição do Item 7 do Eixo TIC - Agile Brazil)

Em 2024 serão realizadas as Eleições Municipais e ficou determinado no Processo SEI nº 2023.0.000011122-5, que houvesse Racionalização das capacitações em ano eleitoral, no PAC 2024 e que as capacitações obrigatórias, bem como as contratações de cursos internos, ficassem restritas ao 1º trimestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A SEDCOR reviu a base de conhecimento dos processos de contratação considerando as implementações da nova Lei de Licitações.

Buscou-se realizar os cursos obrigatórios nos primeiros meses do ano.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a determinação para racionalização dos cursos em ano eleitoral, pode haver redução nos pedidos de contratações de cursos o que pode acarretar o não atingimento da meta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A SEDCOR fará acompanhamento da execução do PAC, orientando as unidades sobre as possíveis contratações que poderão ser realizadas.

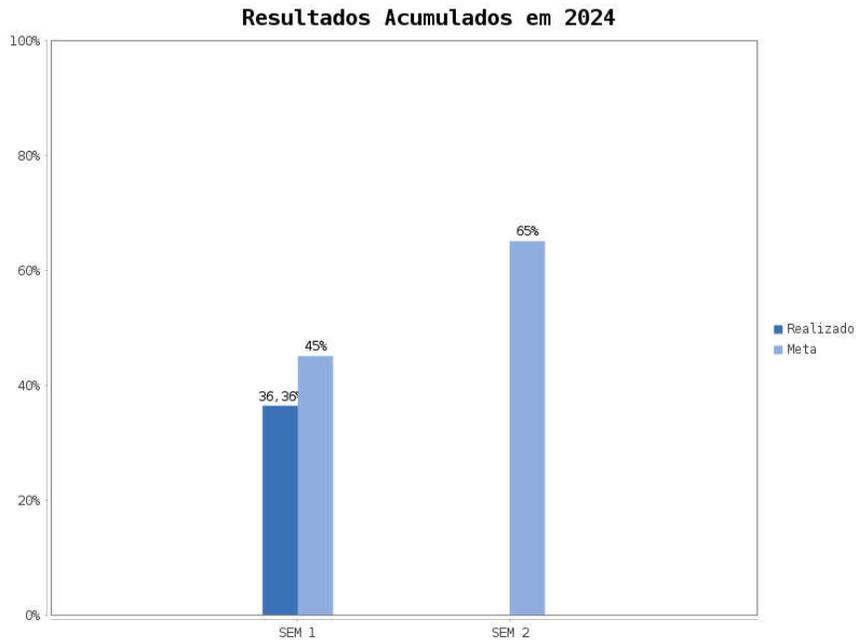
Riscos associados ao objetivo

A realização das Eleições Municipais de 2024 poderá prejudicar a execução dos cursos previstos no PAC.

Não autorização do TSE para suplementação orçamentária

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência

Desempenho do Período: 80,81%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

O servidor Marcos Xavier tem compartilhado conhecimentos com a servidora Fernanda (SEGEDE), para que futuramente a GPC fique sendo gerenciada pela SEGEDE.

Considerando que 2024 se trata de ano eleitoral, ficou acordado com a administração superior que somente será realizada o levantamento das competências e a avaliação da Secretaria de Auditoria Interna e que em 2025, será realizado em todo o TRE/RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Preparação do sistema para a realização da avaliação da 347 (Resolução CNJ nº 347 — Competências das unidades responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos) e revisão das competências da STI

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

1. TI: no NDEC (NÚCLEO DE DEFESA CIBERNÉTICA) e ASATEC (ASATEC - ASSESSORIA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)

2. Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria Geral da Presidência - ASCEPA

3. Secretaria de Auditoria Interna

4. Resolução CNJ nº 347 — Competências das unidades responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos

Por se tratar de ano eleitoral, as supracitadas unidades deverão envidar esforços para cumprimento do cronograma a ser elaborado, que será validado por cada unidade.

Para fins do cálculo do Indicador IE-43, apenas a implantação da GPC/OC na SAU contará como unidade realizada. As demais não contarão, considerando a ficha do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

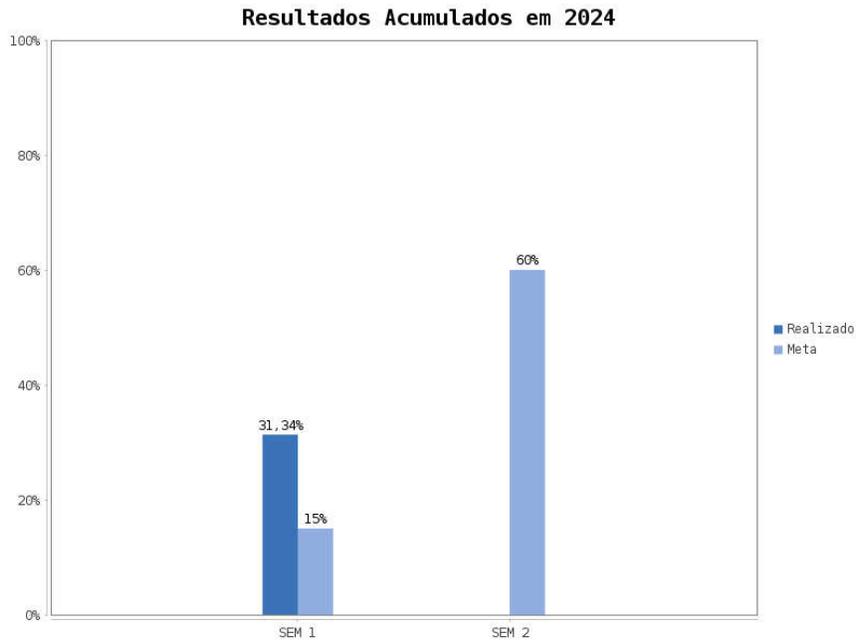
Preparar o sistema coyote, bem como, preparar a sensibilização para realização do levantamento e avaliação das competências em todo Tribunal em 2025.

Riscos associados ao objetivo

Realização das Eleições 2024, que poderá comprometer o engajamento das unidades que participarão da implantação da GPC.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados

Desempenho do Período: 208,91%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Apesar da restrição para disponibilização de cursos em ano eleitoral (2023.0.000013918-9), 408 servidores foram capacitados no 1º semestre de 2024.

Por meio do processo supramencionado, houve determinação para redução de cursos em 2024, considerando a realização das Eleições de 2024. Além da redução do número de cursos, foi determinado, também, que a realização dos treinamentos ficassem concentradas no 1º trimestre do ano.

Importante destacar, que este indicador mede a quantidade de servidores treinados sem repetição.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizados vários cursos na modalidade a distância, o que possibilita que um maior número de servidores possam participar, principalmente aqueles lotados em zonas eleitorais do interior.

Ademais, por se tratar de ano eleitoral, foram disponibilizados cursos relacionados ao processo eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A redução de oferta de cursos implicará a redução do número de participantes treinados, sem repetição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

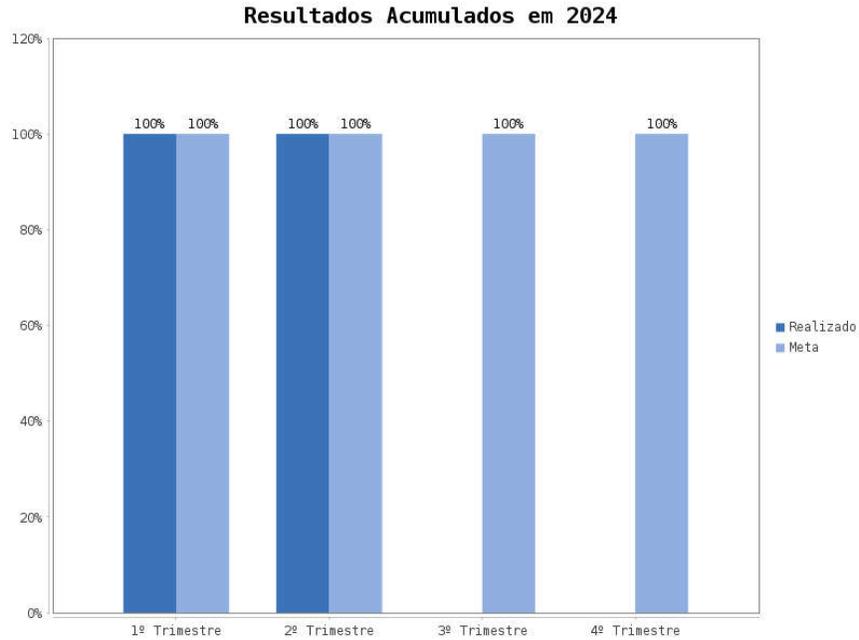
Disponibilização de cursos na modalidade a distância, após as eleições, como forma de alcance do maior número de servidores.

Riscos associados ao objetivo

A realização das Eleições Municipais de 2024 poderá prejudicar a execução dos cursos previstos no PAC.

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: SOF.

Análise de contexto Análise dispensada em razão do desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Análise dispensada em razão do desempenho.

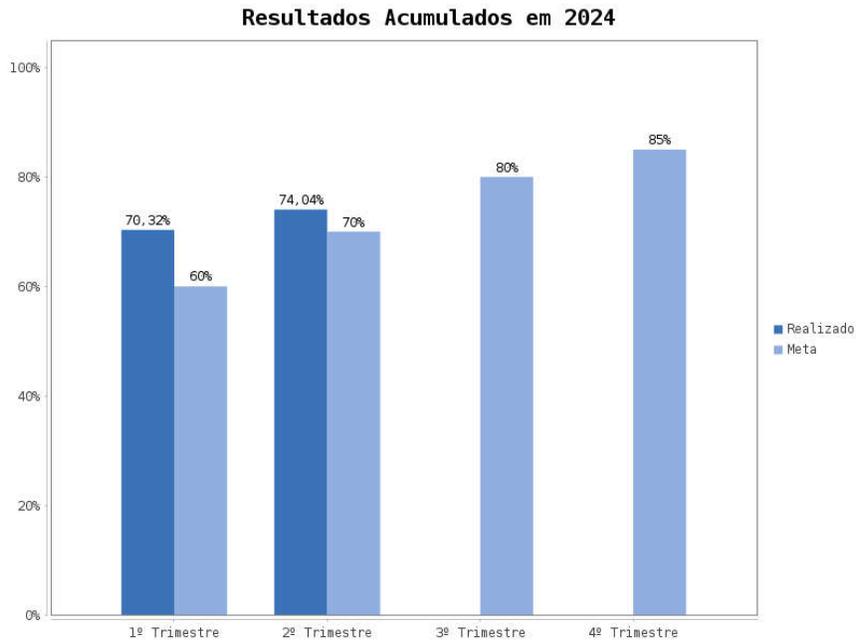
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Análise dispensada em razão do desempenho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Análise dispensada em razão do desempenho.

Riscos associados ao objetivo Análise dispensada em razão do desempenho.

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Desempenho do Período: 105,78%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no segundo trimestre registrou uma taxa de 74,04%, ou seja, 105,77% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho. Constata-se uma evolução no desempenho do indicador, quando comparado com o segundo trimestre do exercício de 2023, em que este registrou uma taxa de 69,24%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Na segunda fase de créditos adicionais foi solicitado ao TSE remanejamento ente GNDs de: i) custeio para investimento requerendo suplementação de R\$ 810.040,00 (oitocentos e dez mil e quarenta reais), com oferecimento de fonte compensatória, ambos no PO 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisições de: no-break para o Data Center (R\$ 518.000,00); equipamentos de segurança para a nova sede do TRE-RJ (R\$ 150.040,00); e condicionadores de ar (R\$ 142.000,00); ii) investimento para custeio requerendo suplementação de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), no PO 0001 - Reforma de Pequeno Vulto, com oferecimento de fonte compensatória, mediante cancelamento de R\$ 225.837,00 (duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais) no PO 0004 - Reforma de Cartório Eleitoral em São Gonçalo – RJ e R\$ 104.163,00 (cento e quatro mil, cento e sessenta e três reais) no PO 0006 – Reforma do Núcleo Administrativo do Caju – TRE/RJ, pertencentes à Ação Orçamentária 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para atender necessidade de reforma do Cartório Eleitoral de Volta Redonda. Também foi solicitado ao TSE, sem oferecimento de fonte compensatória, crédito suplementar de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos, no GND 3, na Ação Orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa para atender demanda da CDESC referente a diárias para capacitação de servidores; bem como, renovado o pedido de crédito especial no valor de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) na Ação Orçamentária N41B – Aquisição de imóvel para Edifício-Sede do TRE-RJ, sem oferecimento de fonte compensatória. A autorização do crédito especial será mediante aprovação pelo Congresso Nacional. Até o encerramento do segundo trimestre, apenas os créditos solicitados, com oferecimento de fonte do TRE-RJ, foram atendidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

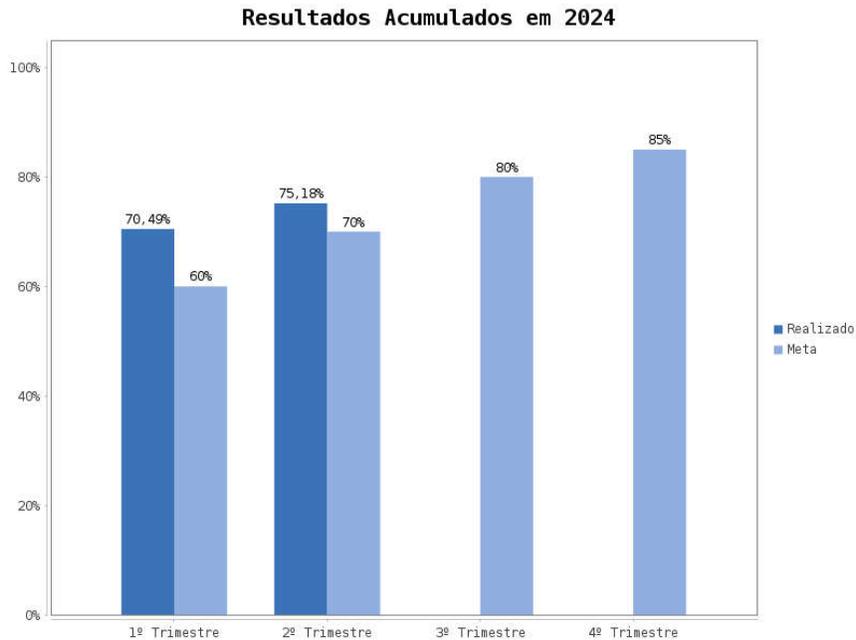
Riscos associados ao objetivo

Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em

desempenho insatisfatório do indicador.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias

Desempenho do Período: 107,40%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto

Dotação orçamentária disponibilizada integralmente no mês de janeiro. A execução orçamentária das despesas discricionárias no segundo trimestre registrou uma taxa de 75,18%, ou seja, 107,4% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho. Constata-se uma evolução no indicador estratégico, quando comparado com o segundo trimestre do exercício de 2023, em que este registrou uma taxa de 69,64%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Na segunda fase de créditos adicionais foi solicitado ao TSE remanejamento ente GNDs de: i) custeio para investimento requerendo suplementação de R\$ 810.040,00 (oitocentos e dez mil e quarenta reais), com oferecimento de fonte compensatória, ambos no PO 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisições de: no-break para o Data Center (R\$ 518.000,00); equipamentos de segurança para a nova sede do TRE-RJ (R\$ 150.040,00); e condicionadores de ar (R\$ 142.000,00); ii) investimento para custeio requerendo suplementação de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), no PO 0001 - Reforma de Pequeno Vulto, com oferecimento de fonte compensatória, mediante cancelamento de R\$ 225.837,00 (duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais) no PO 0004 - Reforma de Cartório Eleitoral em São Gonçalo – RJ e R\$ 104.163,00 (cento e quatro mil, cento e sessenta e três reais) no PO 0006 – Reforma do Núcleo Administrativo do Caju – TRE/RJ, pertencentes à Ação Orçamentária 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para atender necessidade de reforma do Cartório Eleitoral de Volta Redonda. Também foi solicitado ao TSE, sem oferecimento de fonte compensatória, crédito suplementar de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos, no GND 3, na Ação Orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa para atender demanda da CDESC referente a diárias para capacitação de servidores; bem como, renovado o pedido de crédito especial no valor de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) na Ação Orçamentária N41B – Aquisição de imóvel para Edifício-Sede do TRE-RJ, sem oferecimento de fonte compensatória. A autorização do crédito especial será mediante aprovação pelo Congresso Nacional. Até o encerramento do segundo trimestre, apenas os créditos solicitados, com oferecimento de fonte do TRE-RJ, foram atendidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo

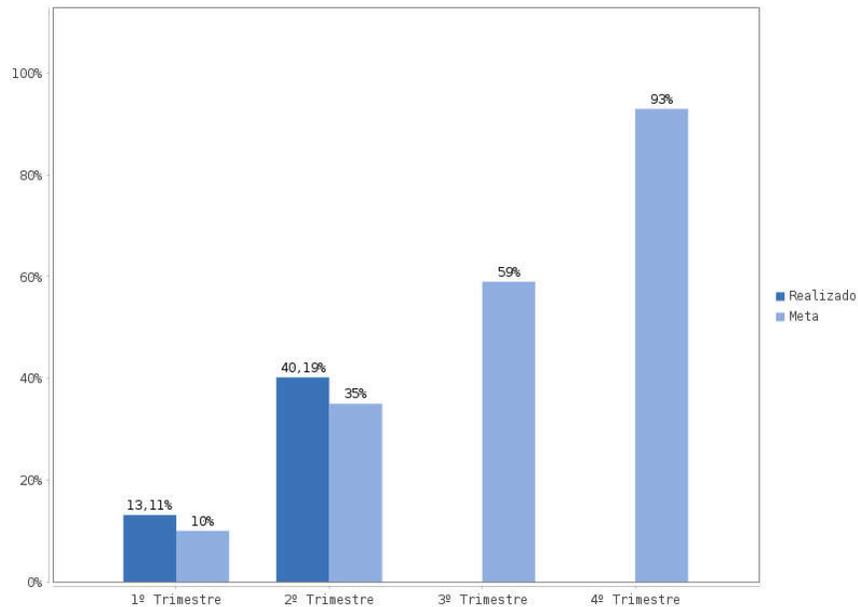
Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se

o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Desempenho do Período: 114,83%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto

São considerados os valores pagos acumulados até o segundo trimestre de 2024 referentes ao orçamento discricionário do exercício, em relação ao nível acumulado correspondente de despesas empenhadas no mesmo período.

O percentual apurado foi da ordem de 40,19% e, sendo a meta estipulada em 35%, o resultado alcançado foi ótimo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A manutenção da homogeneidade nos procedimentos de pagamentos vem permitindo a estabilização das rotinas e atingimento de bons níveis de execução financeira nos contratos continuados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

Os principais desafios estão relacionados à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças no cenário econômico, bem como a verificação/solução de potenciais gargalos na execução das despesas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

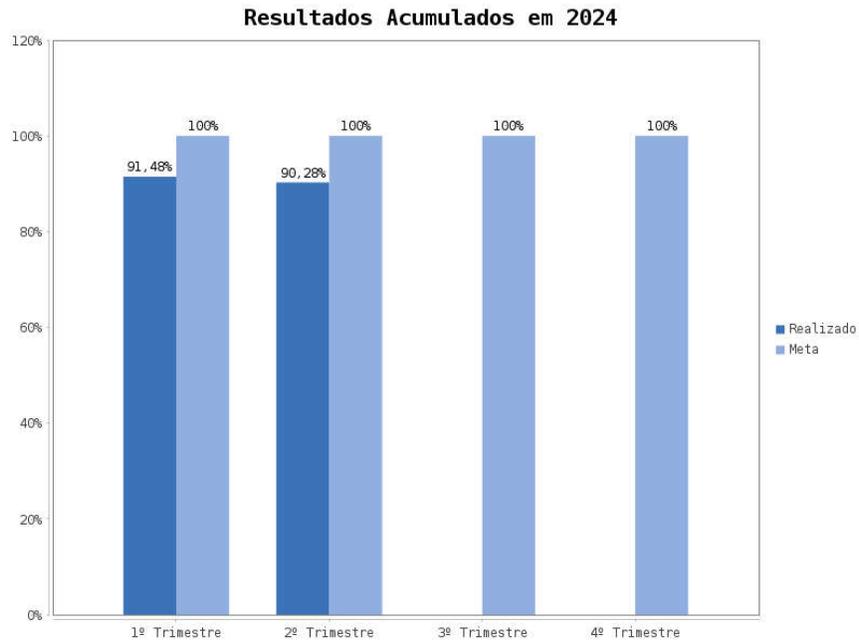
Acompanhamento dos níveis de execução contratual, em especial com materiais e investimentos, para otimizar os níveis de pagamentos autorizados.

Riscos associados ao objetivo

Os principais riscos estão assentados nas oscilações de ordem político-econômica e os potenciais impactos advindos para a gestão orçamentário-financeira pública, bem como na gestão efetiva das despesas contratadas, em especial, materiais e investimentos.

OE 12 - Promover a transformação digital

Desempenho do Período: 90,28%



Responsável: STI.

Análise de contexto **Fechado pela SEDEST**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela SEDEST**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela SEDEST**

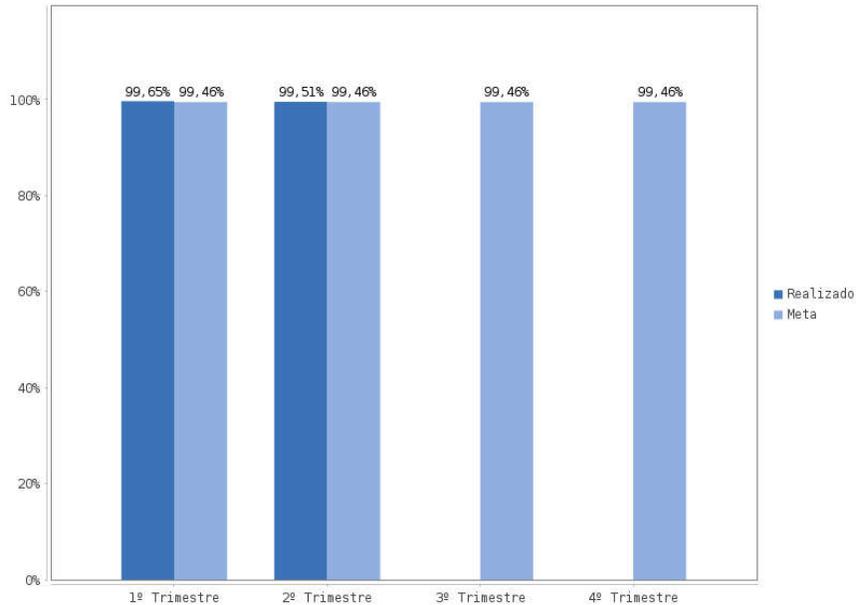
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela SEDEST**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela SEDEST**

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Desempenho do Período: 100,05%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

O Objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho ótimo no 2º trimestre. As variáveis relativas aos serviços de rede, assim como a disponibilidade dos serviços essenciais e críticos ficaram acima de 99%. Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos. Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI e Intranet. Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A instalação e configuração da nova infraestrutura de redes no prédio da Rodrigues Alves foi finalizada no trimestre. O processo ainda está em andamento no prédio do NUAD e da Alfândega. A aquisição do serviço de Lan-to-Lan para o prédio da Rua da Alfândega foi concluída com a assinatura do contrato nº 25/2024. O objetivo é permitir a integração entre as redes dos prédios localizados na Presidente Wilson e Alfândega. Os estudos para aquisição de software Vmware Vsphere foram retomados no trimestre. A transformação de recursos (custeio para capital) solicitados pelo tribunal ao TSE para prosseguimento da aquisição de equipamentos servidores para Banco de Dados foi concluída no trimestre. O processo para a aquisição foi retomado. O processo para renovação do contrato de VOIP foi iniciado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência de desempenho do indicador nos próximos 6 meses é de leve queda, tendo em vista que estamos implantando várias soluções de segurança planejadas e adquiridas pelo TSE, realizando várias ações de modernização na nossa rede e em equipamentos servidores, além das demandas relativas às Eleições. Essas ações exigem considerável parcela de recursos de processamento da nossa infraestrutura de TIC e de pessoal, comprometendo a curto e médio prazo o suporte, a disponibilidade e performance dos serviços. As principais demandas estão relacionadas a operacionalização do prédio da Rua da Alfândega, às Eleições e às contratações de infraestrutura. Será necessário priorizar e alocar pessoal de TIC para que essas atividades finalizem nos prazos desejados pela Administração, com isso o suporte de TIC poderá ficar prejudicado, tendo em vista as nossas limitações com as equipes de suporte. Precisaremos continuar com a implantação da nossa nova infraestrutura de rede, os prédios da Presidente Wilson e Rodrigues Alves foram finalizados, mas ainda faltam os prédios do Caju e Rua da Alfândega. Dar continuidade às atividades de planejamento relativas à unificação de domínios (ZE's e SEDE). Dar continuidade ao planejamento da contratação do novo backbone secundário, cujo contrato finalizará em dezembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2023.0.000033549-2. Dar continuidade ao planejamento da contratação de novos equipamentos Firewall, cujo contrato finalizará em novembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000009795-4. Dar continuidade ao planejamento da contratação de novos links de internet para a SEDE, cujo contrato finalizará em novembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000002086-2. Dar continuidade aos estudos para renovação ou nova contratação da tecnologia VOIP, cujo

contrato finalizará em setembro de 2024, que segue em andamento através do processo SEI nº 2022.0.000011312-4. Dar continuidade ao planejamento da contratação da aquisição do software Vmware Vsphere, que segue em andamento através do processo SEI nº 2023.0.000031140-2. Dar continuidade ao planejamento da contratação da Manutenção do Data Center, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000007855-0.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

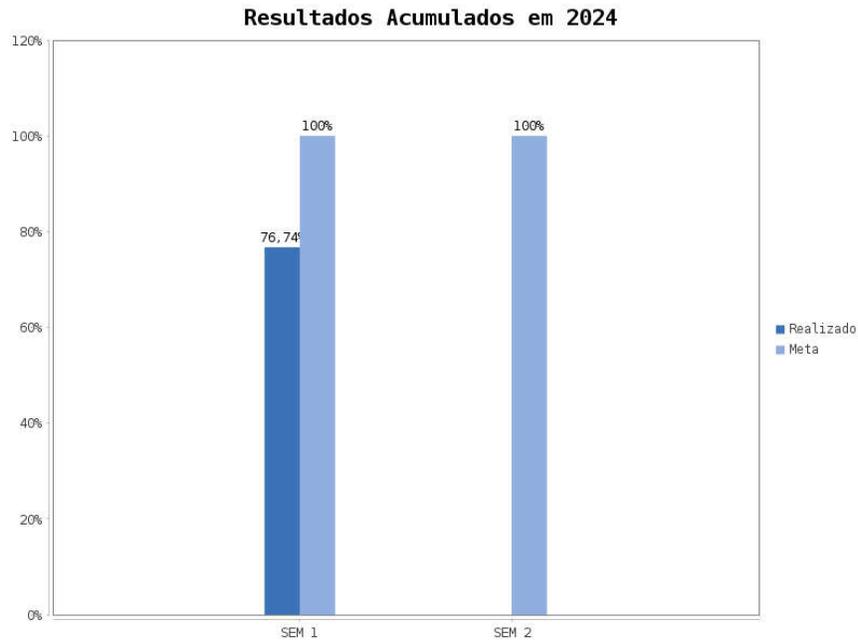
Infelizmente o pedido para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE através de conversão de cargos (SEI nº 2022.0.000045227-1) não foi atendido. A SEREDE continua com um quadro deficitário de servidores, levando-se em consideração a gama de atividades sob sua responsabilidade. A contratação de terceirizados para 2024 foi suspensa devido à limitações orçamentárias, o plano orçamentário para 2025, também por limitações orçamentárias, não prevê essa contratação. Essa possibilidade deve ser revista em 2026. A quantidade de atividades críticas previstas para os próximos meses até o final do ano de 2024 está muito alta. Além do aumento das demandas de suporte e apoio técnico por conta da Eleição e mudança para a nova SEDE, temos muitas contratações com o objetivo de modernização de infraestrutura e Segurança da Informação, seguidas das respectivas implantações e configurações. Precisaremos da compreensão e apoio da Administração para a devida priorização dessas atividades.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto não conseguirmos finalizar a implantação dos equipamentos, softwares e serviços para modernização da nossa infraestrutura de redes, dos equipamentos Firewall e da aquisição dos softwares e equipamentos para o nosso Datacenter, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à obsolescência de equipamentos e softwares que podem acarretar em indisponibilidade e perda de performance dos serviços e sistemas que contam com uma infraestrutura de redes defasada tecnologicamente. Enquanto não conseguirmos unificar os domínios (SEDE e ZE's), teremos dificuldades em implantar e disponibilizar serviços de segurança e políticas de domínio em nosso ambiente operacional, dificultando um controle mais ágil e eficiente das contas de usuário e contas de computador. Enquanto não atualizarmos os equipamentos servidores de Banco de Dados, estaremos sujeitos à indisponibilidades e perda de performance dos serviços e sistemas que contam com essa infraestrutura. Hoje já enfrentamos problemas na implantação de projetos como VOIP, VPN dupla abordagem e Justiça Itinerante por conta da falta de técnicos especializados. O problema não parece ter solução a curto e médio prazo.

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Desempenho do Período: 76,74%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que houve uma queda no desempenho de 83,92% para 76,74%, alterando a sua classificação de “Ótimo” para “Satisfatório”. O atraso na realização da contratação dos serviços de impressão para as zonas eleitorais do interior foi a principal causa desta queda, já que estava prevista para ser finalizada no primeiro semestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve melhoria na variável MAZE em função da atualização dos micros de atendimento das zonas eleitorais realizada no primeiro semestre para o fechamento do cadastro. Novamente o principal resultado negativo foi não implementar os serviços de impressão nos cartórios do interior, como era esperado. Caso essa ação houvesse sido implementada, impulsionaria a variável IAZE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

É crítico concluir a contratação de outsourcing de impressão para os cartórios do interior em julho e agosto de 2024, tendo em vista o início do período eleitoral e o crescente aumento das demandas nas zonas eleitorais.

Outro desafio a ser enfrentado será a demanda extraordinária de computadores e impressoras para ampliar a infraestrutura das zonas eleitorais e das unidades da Sede tendo em vista a requisição de servidores para o período eleitoral.

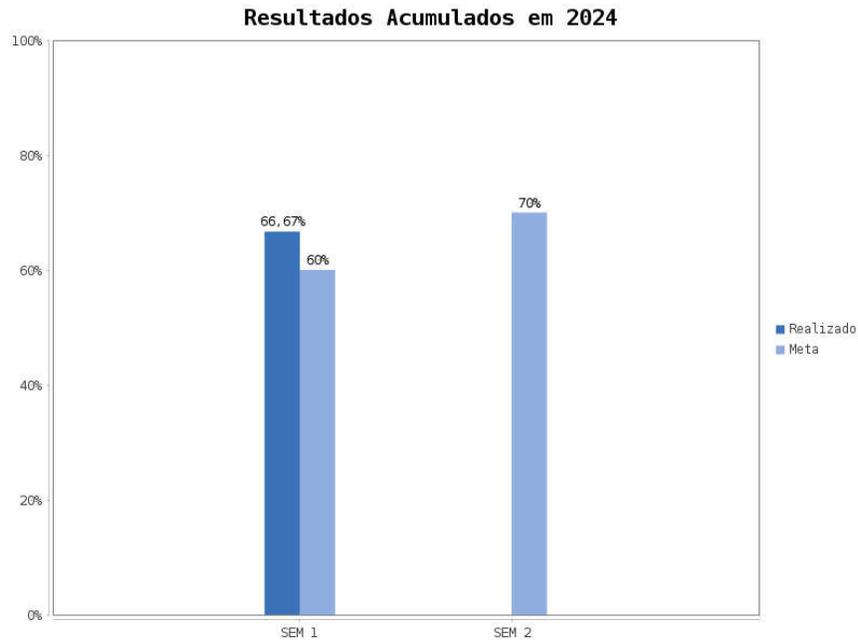
Diante destes desafios, a tendência é de melhora do indicador IE53 no 2º semestre de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Estão sendo adquiridos novos computadores que serão utilizados para continuar a atualização do parque de microcomputadores das unidades da Sede de forma cíclica e constante, mantendo sempre a adequação dos equipamentos às necessidades de cada unidade.

Riscos associados ao objetivo

- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;
- Aumento de demanda por microcomputadores e impressoras relacionada ao período eleitoral;
- Impossibilidade de trocar computadores e impressoras em cartórios em função dos trabalhos em período eleitoral;
- Não implantação do outsourcing para as zonas eleitorais do interior por problemas do fornecedor;



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

Observamos que no primeiro semestre de 2024 o indicador continuou mantendo um bom resultado, o que nos confirma que as ações tomadas estão mantendo os resultados desejados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No primeiro semestre de 2024 mantivemos o processo com metodologia ágil, compartilhamento de informações, integração e capacitação das equipes, isso manteve o bom resultado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Observamos que apesar de termos superado a meta, vale perceber que no segundo trimestre o CGOVTIC priorizou 50% a menos de soluções, no total do semestre. Temos um passivo de 4 soluções priorizadas e não entregues (cerca de 34% do total). A médio e longo prazo isso pode se tornar um problema, uma vez que são as mesmas equipes estão entregando novas soluções, que precisam ser mantidas e sustentadas, assim a tendência é que a capacidade de entrega de novos produtos seja cada vez menor. Além disso, perdemos pessoas que não foram substituídas por outras. Esse é um ponto importante a ser visto e cuidado: recompor a força de trabalho especializado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

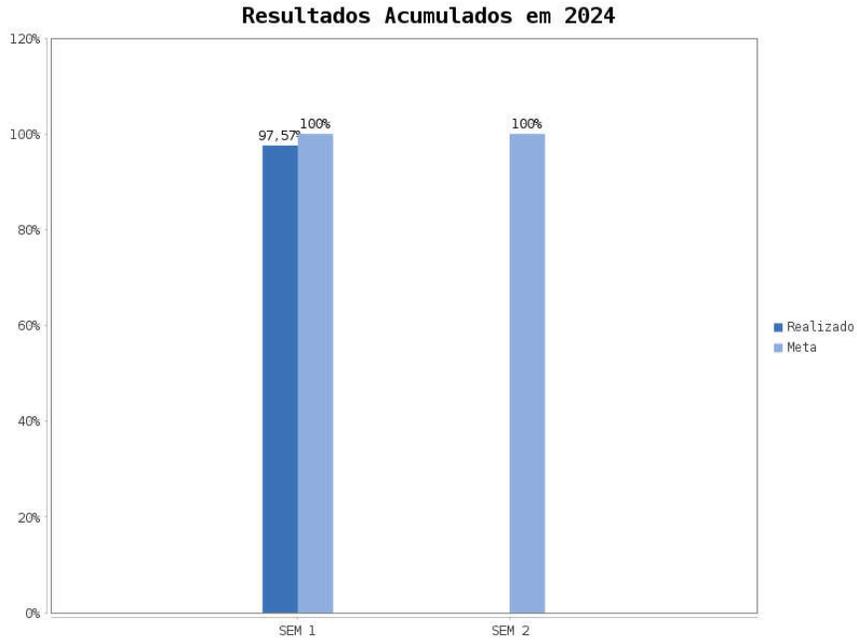
Manter a estratégia atual, com melhoria contínua e recomposição da força de trabalho.

Riscos associados ao objetivo

Perdemos profissionais para outras empresas e órgãos que oferecem trabalho na modalidade remota. Atualmente a grande maioria dos profissionais de TI trabalham de forma remota ou híbrida.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura

Desempenho do Período: 97,57%



Responsável: SSG.

Análise de contexto **Fechado pela Sedest**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado pela Sedest**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado pela Sedest**

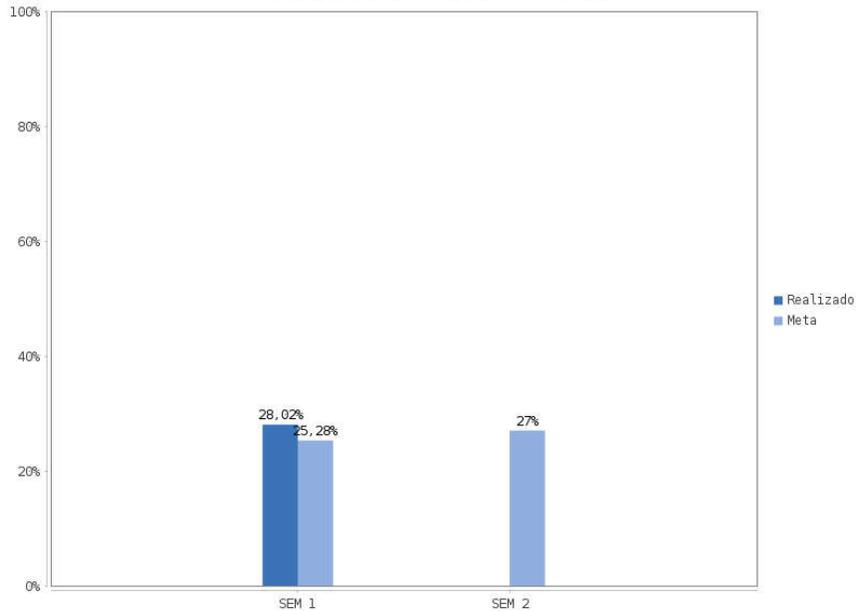
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado pela Sedest**

Riscos associados ao objetivo **Fechado pela Sedest**

IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada

Desempenho do Período: 110,85%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto

O Indicador Estratégico 56 (IE 56) mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis e compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56A – “Taxa de unidades com instalações adequada” compõe o Objetivo Estratégico 13 (OE13) - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste indicador irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ.

O IE 56A tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes, além dos cartórios eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o indicador avaliado foi satisfatório com desempenho no 1º semestre de 2024 de 28,02%, acima da meta de 25,28% prevista para o período.

Neste 1º semestre de 2024 foram incorporadas ao indicador as unidades com infraestrutura adequada: 22ª Zona Eleitoral, em Irajá, 28ª Zona Eleitoral, em Paraíba do Sul, 29ª Zona Eleitoral, em Petrópolis, 49ª Zona Eleitoral, em Cachoeiras de Macacu, 50ª Zona Eleitoral, em Casimiro de Abreu, 106ª Zona Eleitoral, em Itaocara, 167ª Zona Eleitoral, na Pavuna, todas com base em vitorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56A.

Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostram o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

A tendência nos próximos 6 meses é de melhora com a transferência das zonas eleitorais 191ª e 192ª Zonas Eleitorais, na Ilha do Governador, 93ª Zona Eleitoral, em Barra do Pirai, 139ª Zona Eleitoral, em Japeri, 104ª e 151ª Zonas Eleitorais, em Itaboraí e o polo permanente de Itaboraí.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1198/2021, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, bem como em observância ao artigo 4º da referida Resolução que recomenda priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes.

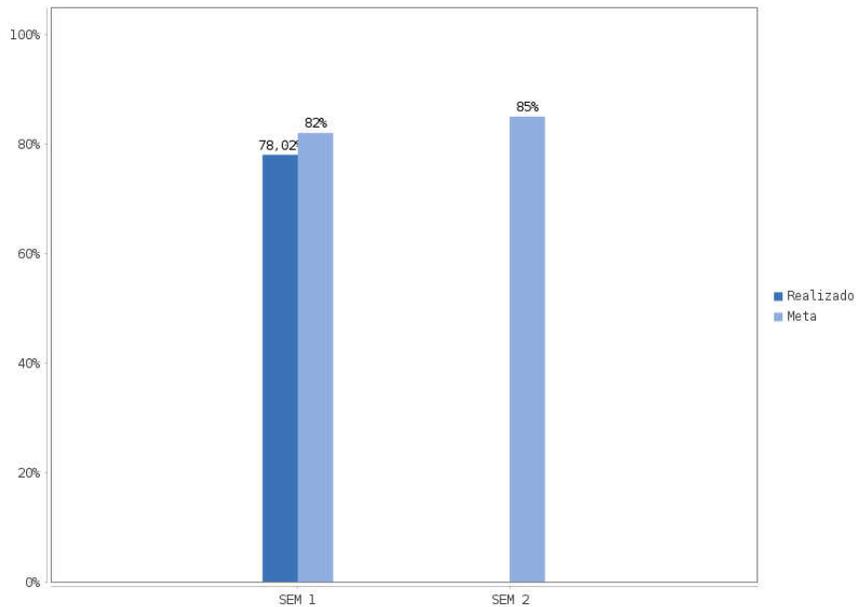
Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a capilaridade e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações complexas e, em alguns casos, inviáveis. Assim, o aprimoramento do IE 56 passa necessariamente pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observando-se os critérios de aceitação previstos no indicador.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Desempenho do Período: 95,15%

Resultados Acumulados em 2024



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.

Análise de contexto

Após análise das variáveis PACAS, ZECAS, PPCAS e do indicador IE 57 do Sistema Gerir, foi verificado que não houve alteração substancial das condições de segurança em quaisquer das unidades às quais elas se referem, ao menos no que diz respeito ao primeiro semestre do corrente ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como medida inerente à segurança institucional, foi realizado monitoramento sistemático das condições de segurança das distintas unidades do Tribunal, sendo possível destacar o apoio prestado aos cartórios por ocasião do fechamento de cadastro. Sintomática do êxito das ações realizadas é justamente a ausência de intercorrências no âmbito da segurança.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Consolidação da segurança institucional (em todos seus aspectos) na nova sede do Tribunal, incluindo-se a área adjacente. Não menos importante, faz-se necessário o suporte à realização do pleito eleitoral que se avizinha.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Prosseguir com o processo de aquisição de equipamentos de segurança, visando dotar o Tribunal de meios adequados para atingir seus objetivos.

Riscos associados ao objetivo

Ação de atores externos visando tumultuar o processo democrático e contingenciamento de recursos.